

FLÁVIA APARECIDA ANDRADE SOUZA

**A CULTURA TRADICIONAL DO SERTANEJO E O SEU DESLOCAMENTO
PARA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO
VEREDAS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2006

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S729c
2006

Souza, Flávia Aparecida Andrade, 1974-

A cultura tradicional do sertanejo e o seu deslocamento para a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas / Flávia Aparecida Andrade Souza. – Viçosa : UFV, 2006.

xv, 97f. : il. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Gumercindo Souza Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 83-88.

1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG).
 2. Etnobiologia. 3. Conservação da natureza. 4. Migração interna. 5. Áreas de conservação de recursos naturais.
- I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDO adapt. CDD 634.990711

FLÁVIA APARECIDA ANDRADE SOUZA

**A CULTURA TRADICIONAL DO SERTANEJO E O SEU DESLOCAMENTO
PARA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO
VEREDAS.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 05 de abril de 2006.

Prof. Guido Assunção Ribeiro

Prof. Laércio Antônio G. Jacovine

Profa. Sheila Maria Doula
(Conselheira)

Prof. Ivo Jucksch
(Conselheiro)

Gumercindo Souza Lima
(Orientador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a Comunidade do “**Grande Sertão Veredas**”, um povo detentor de um conhecimento que vai muito além da cientificidade das relações ecológicas, a simplicidade e a genialidade com que interagem com os recursos naturais e, ao mesmo tempo, a sensibilidade ao tratar desses recursos, me ensinou a ser parte integrante do meu habitat. Foi lá que eu descobri, assim como João Guimarães Rosa, que “o sertão está em toda parte” pois, o “sertão é dentro da gente”.

“Chegamos a um ponto crucial em que o futuro da nave espacial da Terra, dos tripulantes aos passageiros, não é mais, como outrora, assegurado. Temos condições técnicas de devastar a biosfera, impossibilitando a aventura humana.”

Leonardo Boff

Tudo aquilo que é temporal está destinado a desfalecer... a desaparecer.

John Sawhill

AGRADECIMENTO

- A Deus, meu TUDO aquele que vê, provê, cuida de mim e me ama muito; sem sua promessa de aliança eterna eu jamais teria chegado até aqui;
- À Universidade Federal de Viçosa, através do Departamento de Engenharia Florestal e Programa de Pós-graduação em Ciência Florestal pela oportunidade;
- Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo auxílio financeiro;
- Ao Professor Gumercindo Souza Lima pela oportunidade e por ter acreditado em mim;
- Ao Professor Guido Assunção por ser sempre um amigo e estar sempre disposto a ouvir e a ajudar;
- Aos Conselheiros Professora Sheila Maria Doula e Professor Ivo Jucksch pela contribuição valiosa;
- Aos funcionários do departamento de Engenharia Florestal e da SIF, Ritinha, Jamile, Chiquinho, Fred, Neuza, Adão e todos, pelas orientações, auxílio, apoio e carinho sempre;
- Aos Professores José Geraldo Marques e Antonio Carlos Diegues pela inspiração, estímulo e sabedoria tão admiráveis.
- Aos meus pais Juca e Cota meu porto seguro, que com seu amor incondicional me apoiaram, me “empurraram”, me levantaram e nunca me deixaram sozinha.

- Aos outros pais Dona Graça e Seu Geraldo, Dona Otacília e Paulão pelo abrigo, por tanto carinho, pelo apoio, por cuidarem tão bem de mim nessa jornada.
- Aos meus irmãos Irmã (Ronise) e Douglas, sobrinhos (Gabriel e Vítor), cunhado (José) pelo apoio e por me aturarem nos momentos difíceis, ouvirem meus dilemas e principalmente pela paciência com essa bomba relógio.
- Aos outros irmãos Paty, Luci, Júnior, Gracinha e Darlan pelo carinho e apoio;
- Aos Amigos da Chapada Gaúcha: Joaquina, Paty, Damiana, Rose, Maneli, Neguinha, Tim, Digas, Dona Fátima e todos... Pelas farras, pelo carinho, pela ajuda na coleta de material bibliográfico, pelas informações, pela companhia tão agradável, pelo apoio, pela disponibilidade... Enfim, por essa amizade que me incentivou durante todo o trabalho.
- Ao Ibama, na pessoa do Kolbe chefe do Parque e Funatura nas pessoas de seus técnicos Zé Elias, Ernane e Márcio pelo apoio, atenção e disponibilidade para auxiliar valiosamente na pesquisa.
- Aos Guarda-Parques do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, seu João Cofocó, Carmosino, Sancler, seu Sebastião, Eurico, Belchior, Gualdino e Pedrão, os mais legítimos sertanejos que não mediram esforços para me auxiliar.
- À Dona Nica, Seu Miguel, Seu Eduardo e toda a comunidade do Grande Sertão que me recebeu, me acolheu e não se poupou para me auxiliar nos meus trabalhos.
- Aos grandes amigos Oscar e Carmem companheiros de todas as horas, amigos, confidentes, conselheiros, terapeutas, professores, técnicos, colegas de classe... MUITO OBRIGADA.
- Às gatíssimas da república federativa do Brasil Let's , Mimous and Rose por todas as travessuras, confidências, paciência e pelo acolhimento tão afetivo que se transformou em amizade verdadeira.

BIOGRAFIA

FLÁVIA APARECIDA ANDRADE SOUZA, filha de José Fialho de Souza e Maria Andrade de Jesus, nasceu em Ponte Alta no município de Dionísio, Minas Gerais, aos 29 dias do mês de julho do ano de 1974.

Em fevereiro de 1981 iniciou a primeira série do ensino fundamental na Escola Estadual Dona Jacy Francisca Garcia, em Baixa Verde e concluiu a oitava série na mesma escola em dezembro de 1988.

Em dezembro de 1992 concluiu o curso técnico em Química pela Escola Municipal de Timóteo, em Timóteo, MG.

Em outubro de 1998 concluiu o curso de bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

A partir de outubro de 1998 até maio de 2000 lecionou Biologia e Ciências para o ensino médio e fundamental, respectivamente, em escolas estaduais dos municípios de Dionísio, Timóteo e Coronel Fabriciano, MG.

De junho a dezembro de 2000 atuou como gerente do Parque Estadual Serra das Araras e Veredas do Acari, no distrito de Serra das Araras, Chapada Gaúcha, MG.

Em novembro de 2000 concluiu o curso de especialização (*lato sensu*) em Administração e Manejo de Unidades de Conservação pela Universidade Estadual de Minas Gerais em convênio com o Instituto Estadual de Florestas, MG, no Parque Estadual do Rio Doce, Marliéria, MG.

De julho de 2001 a abril de 2003 atuou como chefe do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no município de Chapada Gaúcha, MG.

Em março de 2004 ingressou no programa de pós-graduação em Ciência Florestal em nível de mestrado (*stricto sensu*), pelo Departamento de Engenharia Florestal na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, tendo concluído o curso em abril de 2006.

CONTEÚDO

	Página
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	01
2. OBJETIVOS	05
2.1 Objetivo geral	05
2.2 Objetivos específicos	05
3 .REFERENCIAL TEÓRICO	07
3.1 Etnociência	07
3.2 As Populações Tradicionais e os Recursos Naturais	10
3.3 A Conservação dos Recursos Naturais	15
3.4 As Unidades de Conservação	17
3.4.1 Categorias de Unidades do grupo 1: de Proteção Integral	17
3.4.2 Categorias de Unidades do Grupo 2: de Uso Sustentável	18
4 . MATERIAL E MÉTODOS	21
4.1 Área de Estudo.....	21
4.2 Objeto de estudo	27
4.3 Coleta de dados.....	28
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32

5.1 A Comunidade no Parque.....	32
5.1.1 Saúde	33
5.1.2 Educação..	34
5.1.3 Transporte, Energia e Água	34
5.1.4 Habitação e Atividades Sociais	35
5.2 Uso e Conhecimento dos Recursos Naturais pelas Populações Tradicionais	36
5.3 Populações Tradicionais Existentes na Região do Parque	47
5.3.1 As Festas Tradicionais	54
5.3.1.1 As Folias	56
5.3.1.2 A Romaria de Santo Antônio e a Festa da Serra das Araras	59
5.4 Os Impactos da Criação do Parque e Retirada das Populações	60
5.4.1 A Questão Fundiária	60
5.4.2 O Reassentamento	64
5.4.2.1 Infra-estrutura	69
5.4.2.2 Transporte, Água, Energia e Resíduos	69
5.4.2.3 Saúde e Educação	70
5.4.2.4 Habitações e Atividades Sociais	71
5.4.3 Análise Comparativa entre o Parque e o Assentamento	72
5.4.4 O Parque como um Lugar Antropológico	75
6. CONCLUSÕES	80
7. BIBLIOGRAFIA	83
8. ANEXOS	89

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Localização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas	23
FIGURA 02 – Imagem Satélite da área original e ampliação do Parque	24
FIGURA 03 – Assentamento Rural São Francisco	26
FIGURA 04 – Assentamento Rural São Francisco	26
FIGURA 05 – Habitações Típicas do interior do Parque	36
FIGURA 06 – Pilão de Madeira	38
FIGURA 07 – Forno de Barro	38
FIGURA 08 – Telhado coberto com palha de buriti.....	38
FIGURA 09 – Porta fabricada com o pecíolo da folha de buriti	38
FIGURA 10 – Instrumento Musical (Rabeca) fabricado de buriti.....	39
FIGURA 11 – Processo de fabricação da esteira de palha de buriti	39
FIGURA 12 – Cama fabricada de buriti.....	39
FIGURA 13 - Cama fabricada de buriti	39
FIGURA 14 – Sofá fabricado de buriti	40
FIGURA 15 - Utensílios de cozinha	40
FIGURA 16 – Mapa da distribuição das Populações Tradicionais não-indígenas no Brasil	49
FIGURA 17 – Família Sertaneja da região do Parque	50
FIGURA 18 – Família Sertaneja da região do Parque	51
FIGURA 19 – Encontro dos Povos do grande Sertão Veredas	55
FIGURA 20 – Encontro dos Povos do grande Sertão Veredas	56
FIGURA 21 – Procissão das Luzes na Festa da Serra das Araras	59
FIGURA 22 – Situação Fundiária do Parque antes e após sua ampliação	63
FIGURA 23 - Portão Artesanal	65
FIGURA 24 – Quintal de uma fazenda e carro de boi dentro do Parque.....	65
FIGURA 25 – Curral de uma fazenda dentro do Parque	65
FIGURA 26 – Habitação Provisória no Assentamento	72
FIGURA 27 – Habitação Permanente no Assentamento	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Local de Origem dos Entrevistados	28
QUADRO 2 – Faixa Etária e Sexo dos Entrevistados	32
QUADRO 3 – Infra-estrutura e Serviços dentro do Parque	33
QUADRO 4 – Tipos de Culturas produzidas na região do Parque	41
QUADRO 5 – Principais Fontes de Proteína utilizadas no Parque	42
QUADRO 6 – Utilização tradicional da flora do cerrado na região do Parque.....	42
QUADRO 7 – Animais utilizados como tratamento medicinal	44
QUADRO 8 – Localização atual da comunidade do Parque	61
QUADRO 9 – Créditos Disponibilizados e Dívidas contraídas no assentamento.....	67
QUADRO 10 – Problemas Ambientais e Sociais no Parque e no Assentamento	73

RESUMO

SOUZA, Flávia Aparecida Andrade, M.S., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2006. **A cultura tradicional do sertanejo e o seu deslocamento para a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.** Orientador: Gumercindo Souza Lima. Conselheiros: Ivo Jucksch e Sheila Maria Doula.

Este trabalho investigou o conhecimento que as populações tradicionais detêm a respeito dos recursos naturais, sua relação com esses recursos e, especificamente, a relação entre a comunidade tradicional do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o parque; o histórico de sua ocupação da região, sua percepção da unidade, assim como seus anseios e sentimentos; objetivou-se também identificar os impactos que a retirada das populações tradicionais de seu habitat podem causar na vida, e até mesmo, na cultura dessas comunidades. O trabalho foi realizado em três etapas durante os anos de 2004 e 2005. A metodologia utilizada para a pesquisa foi uma metodologia estritamente qualitativa, utilizando-se a observação participante e entrevista semi-estruturada. A análise dos dados obtidos revelou que o parque é culturalmente muito rico e a população que reside ou residia em seu interior é, em sua grande maioria, tipicamente sertaneja e utiliza grande quantidade de recursos naturais provenientes dos ecossistemas locais, estes recursos são

essenciais à sua sobrevivência e são utilizados a partir do conhecimento tradicional adquirido e repassado de geração em geração. O parque tem grande valor afetivo para seus moradores e ex-moradores e a relevância da área para a conservação após décadas de manejo por essas populações tradicionais, sugere que as áreas protegidas dos países em desenvolvimento sejam tratadas de uma forma diferente do que as áreas protegidas dos países desenvolvidos que possuem uma realidade cultural, social e ambiental bem distinta. O parque possui grande valor afetivo para seus moradores e a sua retirada da área foi muito sentida pelas populações tradicionais que possuem uma forma peculiar e diferenciada de apropriação dos recursos naturais, o que deveria ser levado em consideração pelas políticas públicas de gestão ambiental, pois tal conhecimento pode vir a se constituir importante instrumento de manejo e conservação de ecossistemas do cerrado.

ABSTRACT

SOUZA, Flávia Aparecida Andrade, M.S., Universidade Federal de Viçosa, April, 2006. **The traditional culture of the “sertanejo” and its removal for the implementation of the National Park Grande Sertão Veredas.** Adviser: Gumercindo Souza Lima. Committee members: Ivo Jucksch and Sheila Maria Doula.

This work looked for to investigate the knowledge that the traditional populations they stop regarding the natural resources, your relationship with those resources and, specifically, the relationship between the traditional community of the National Park Grande Sertão Veredas and the park; the historic of this occupation in the area, your perception of the area protected, as well as your longings and feelings; it was also aimed at to identify the impacts that the retreat of the traditional populations of your habitat can cause in the life, and even, in those communities' culture. The work was accomplished in three stages during the years of 2004 and 2005. The methodology used for the research it was a methodology strictly qualitative, being used the participant observation and questions. The analysis of the obtained data revealed that the park is culturally very rich and the population that resides or it resided in your interior it is, in your great majority, typically country and it uses great amount of

coming natural resources of the local ecosystems, these resources are essential to your survival and they are used starting from the acquired and reviewed traditional knowledge of generation in generation. The area has great affective value for your residents and former-residents and the relevance of the area for the conservation after decades of handling for those traditional populations, he/she suggests that the protected areas of the countries in development are treated in a different way than the protected areas of the countries developed that possess a reality cultural, social and environmental very different. The park possesses great affective value for your residents and your retreat of the area was very felt by the traditional populations that they possess a peculiar and differentiated form of appropriation of the natural resources, what should be taken in consideration by the public politics of environmental administration, because such knowledge can come constituting important handling instrument and conservation of ecosystems of the savannah.

1. INTRODUÇÃO

A região norte de Minas Gerais foi ocupada a partir do século XVI com as bandeiras e as frentes de expansão de pecuária, quando o gado, segundo RIBEIRO (1995), trazido pelos portugueses das ilhas de Cabo Verde vinha já, provavelmente, aclimatado para a criação extensiva, sem estabulação, na qual os próprios animais procuravam sua água e alimento. O que fez com que se ocupasse cada vez mais as terras devolutas, ao longo dos rios no interior do país.

Essa atividade, de pastoreio de gado, muito expansiva acabou por incorporar um grande número de pessoas; uma atividade vista anteriormente como apenas uma associação à produção açucareira para fornecimento de serviços como carne, couros e bois de carga.

RIBEIRO (1995) ainda destaca que, com a expansão dessa atividade conformou-se também, um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja.

A formação de grandes fazendas produtoras de gado ocorreu a partir dessa criação extensiva, e com isso, tais fazendas eram ocupadas por vaqueiros e agregados que ofereciam seus serviços e ali se estabeleciam, vindo a se tornar posseiros mais tarde. No século XIX, a produção aurífera, ao declinar, levou consigo também a prosperidade da região norte de Minas que tinha os grandes centros de mineração como seus principais compradores.

Segundo CORREIA (1999), na região noroeste do estado, mais precisamente às margens da nascente e ao longo do rio Carinhanha, um dos afluentes do rio São Francisco, a ocupação só começou no início do século XX. Ele ainda relata que no século XX diversas famílias começam a migrar pelo noroeste de Minas Gerais a procura de terras férteis para se estabelecerem e desenvolverem atividades produtivas voltadas para o autoconsumo, visto que o trabalho nas grandes fazendas tinha se tornado escasso com a diminuição da produção bovina. A partir de 1930, a região da margem direita do rio Carinhanha, local de algumas fazendas e com muitas terras devolutas, passou então a ser ocupada por pessoas oriundas de diversos municípios do noroeste e norte de Minas Gerais, que foram se estabelecendo ao longo dos diversos mananciais hídricos existentes na região.

O enfoque deste trabalho está voltado para a margem direita do rio Carinhanha, a partir de sua nascente e para os seus afluentes, o rio Preto, o rio Santa Rita, o Córrego Mato Grande e as diversas ramificações dessa micro-bacia, que são comumente chamadas de veredas¹; uma região de transição entre o norte e o noroeste de Minas Gerais, que a partir de 1930 foi ocupado por pequenos agricultores advindos, principalmente, do município de Januária - de um vilarejo denominado Várzea Bonita, a "*Varge Bunita*". Esse cenário mais tarde (no final dos anos 80) viria a se tornar o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

No final da década de setenta, ambientalistas do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais propuseram ao então órgão de meio ambiente do país – o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), a criação de uma UC de conservação na região dos gerais², uma denominação para o cerrado típico que está presente na margem esquerda do rio São Francisco,

¹ Cabeceira e curso de água orlados de buritis, especialmente na zona São-Franciscana (do Rio São Francisco). Várzea que margeia um rio ou curso d'água (FERREIRA, 1999).

² Campos gerais, comumente chamado de "gerais", são imensas campinas, geralmente em declive suave, cobertas de gramíneas e exibindo raros arbustos muito distantes. O solo é duro, compacto, formado por ardósia semi-decomposta, conservando ainda a estratificação original – ao qual os habitantes chamam de tauá... A feição típica dos gerais é a densa cobertura de gramíneas, totalmente pelo gênero *Aristida* sp. e em Minas por *A. gibbosa*. Plantas campestres aparecem em pequena proporção; arbustos e árvores são poucos e ocorrem também nos cerrados. Nas ravinas, pontos de encontro das suaves ondulações do terreno coleciona-se copiosamente água e aí há bastante buriti (*Mauritia vinifera*), temos portanto uma savana graminosa (herbácea) sugerindo estepe (RIZZINI, 1962).

compreendendo o noroeste de Minas Gerais e o oeste da Bahia até o sul do Piauí e que abriga diversas espécies endêmicas e espécies representativas importantes para conservação da biodiversidade, muitas que ainda nem foram descritas.

Região que vinha sofrendo uma ocupação rápida e desordenada sem precedentes, a partir do asfaltamento da BR 020 que liga Brasília-DF a Fortaleza-CE, além do que, o baixo custo das terras da região propiciaria o seu aproveitamento para a agropecuária e silvicultura. A preocupação com a proteção dessa região já estaria sendo manifestada há mais tempo por conservacionistas mineiros que sugeriram a criação de um Parque Nacional e propuseram homenagear o escritor brasileiro João Guimarães Rosa, visto que se tratava do cenário de sua obra mais famosa “Grande sertão: veredas”. Foi então que, em 1989, após estudos técnicos e proposta da Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, o Parque foi decretado (IBAMA, 2003a).

Além de suas belezas cênicas, é uma região conhecida também por sua enorme riqueza natural e cultural, onde o sertanejo se destaca por seus costumes e tradições, e por seu modo de produção e utilização dos recursos naturais; o que está claramente relatado no plano de manejo da UC quando diz que, como representação singular das características culturais da região, o parque possui um instrumento único que muito bem as descrevem; trata-se da grande obra literária “Grande Sertão: veredas”, de João Guimarães Rosa, escritor que visitou a região na década de 50 (IBAMA, 2003a).

Segundo ambientalistas que atuam na região, os cenários de ROSA (1978) escaparam por pouco de se transformar em uma enorme área de monocultura, pois a região é propícia ao cultivo de grãos e desde a década de 70 vem sendo colonizada por agricultores gaúchos com tradição na expansão da fronteira agrícola. Por isso, a idéia de homenagear o escritor João Guimarães Rosa e ao mesmo tempo proteger o ecossistema, formado por veredas e chapadões do cerrado, teriam sido as premissas para a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Sabe-se que a relação entre uma população tradicional e o ambiente em que vive é estreita demais para não ser considerada nos diferentes estudos

ambientais, sejam eles de preservação, conservação ou manejo da biodiversidade. Portanto, a incorporação dos saberes locais é, da mesma forma que os estudos científicos, imprescindível para a determinação das diretrizes que orientem as diversas políticas de gestão dos recursos naturais.

Portanto, a riqueza cultural da região, retratada nos costumes e dizeres, nos saberes e fazeres, foi o que despertou o interesse para a investigação das relações entre estas populações, que vivem dentro do parque, e o parque. Assim como também, as conseqüências da retirada dessas populações de sua área original, visto que não é permitida a permanência de população residente dentro de um parque nacional.

2. OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral investigar o conhecimento, a relação com o ambiente e os conflitos das populações tradicionais que vivem ou viveram em unidades de conservação, tendo como estudo de caso o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

2.2 - Objetivos Específicos

- Conhecer o histórico de uso e ocupação da região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas pelas populações tradicionais.
- Identificar as principais características das populações tradicionais existentes na região do Parque;
 - Levantar os usos e conhecimento dos recursos naturais, por estas populações tradicionais;
 - Avaliar o processo de retirada de populações residentes no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.
- Subsidiar a elaboração de estratégias para a minimização dos impactos sobre as populações do Parque Nacional Grande Sertão veredas, a partir de sua criação.

- Obter informações que possam auxiliar na elaboração de políticas públicas específicas para as populações tradicionais residentes em áreas unidades de conservação de Proteção Integral.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Etnociência

“É ilusório se crer que certas áreas do conhecimento estão restritas às universidades, ao saber acadêmico. Pesquisadores que nunca entraram numa universidade têm dado contribuição valiosa para a ciência”.

Câmara Cascudo

A compreensão da ligação entre as ciências sociais e biológicas, a partir da biologia e antropologia permeou esse trabalho na intenção de compreender as diversas interfaces que se nos apresentam uma população tradicional com todo o seu conhecimento e interação com o ambiente que a cerca.

Para tanto foi necessário utilizar-se de instrumentos teóricos e práticos da etnoecologia, uma disciplina que segundo MARQUES (2001) estuda interações entre a humanidade e o resto da ecosfera, através da busca da compreensão dos sentimentos, comportamentos, conhecimentos e crenças a respeito da natureza, característicos de uma espécie biológica (*Homo sapiens*) altamente polimórfica, fenotipicamente plástica e ontogeneticamente dinâmica, cujas novas propriedades emergentes geram-lhe múltiplas discontinuidades com o resto da própria natureza. Sua ênfase, pois, deve ser na diversidade

biocultural e o seu objetivo principal, a integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico.

A etnoecologia pode ser compreendida também como o relacionamento entre *corpus* e *praxis*, onde o corpo do conhecimento interage com o comportamento produtivo do ser considerando-se também as crenças (*Kosmos*) e os sentimentos (*pathos*), através dos comportamentos (*ethos*) (TOLEDO, 1992).

Embora a ecologia permaneça firmemente radicada na biologia, ela já ganhou a maioridade como uma disciplina integradora essencialmente nova, que une os processos físicos e biológicos e serve de ponto de ligação entre as ciências naturais e as ciências sociais (ODUM, 1983 *apud* MARQUES, 2001)

Para MOURA (2002), foi durante o século XX que a etnociência se consolidou, a partir da verificação da existência de um conhecimento sofisticado sob o domínio intelectual de populações tradicionais e que fez surgir novos paradigmas e abandonar velhos preconceitos.

Segundo CARRARA (1997), a atenção para o etnoconhecimento teria sido despertada em 1904 por Rudolph Von Ihering, através da observação da existência de um conhecimento atento e detalhado das espécies naturais elaborado pelos índios Tupi-Guarani. Ele menciona, ainda, o questionamento já nas décadas subseqüentes sobre os modos de percepção, identificação e classificação das espécies naturais, o que hoje, podemos identificar como um dos principais objetos da pesquisa etnobiológica realizada no Brasil. O mesmo autor destaca que Von Ihering já teria reconhecido que o conhecimento tradicional acerca da natureza, principalmente o conhecimento dos indígenas estava à frente do conhecimento científico a respeito de espécies de insetos e de outros grupos da fauna.

Uma definição de etnobiologia é feita por POSEY (1987a:15):

“A etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo”.

O etnoconhecimento é apresentado por POSEY (1987b) como um modelo alternativo e eficaz de desenvolvimento sustentável; em seu artigo sobre o manejo de diversas formações florestais pelos índios Kayapó, ele descreve as diferentes técnicas de manejo de florestas secundárias, de capoeiras, campos e cerrados, utilizadas por eles e sua sofisticação na utilização e conservação dos recursos naturais.

A etnociência ou etnoconhecimento refere-se ao conhecimento e domínio de técnicas e práticas ecológicas de manejo e conservação dos ecossistemas, utilizadas há muito por populações tradicionais indígenas ou não-indígenas. Ao contrário do que se pensava, POSEY (1987b) demonstrou, entre outras coisas, que há um remanejamento de áreas que se supunham ser abandonadas após o cultivo; há a diversificação de campos de cultivo em áreas de acervo de plantas medicinais; iscas para peixes e aves; material para acondicionamento; tintas; óleos repelentes contra insetos; matérias primas para a construção; fibras para cordas e fios; materiais para a higiene pessoal e produtos para a fabricação de artefatos entre outros e essas áreas são periodicamente visitadas pelos índios.

A etnociência em sua abordagem qualitativa questiona os modos de percepção, identificação e classificação do mundo natural, por populações tradicionais (CARRARA, 1997). As interpretações partem das categorias êmicas, a partir das quais são comparadas à ciência praticada na academia. Para o autor acima citado o etnoconhecimento se preocupa, não apenas com as classificações êmicas da natureza (nomenclaturas e taxonomias), mas também há uma preocupação em como essas classificações são utilizadas pelas sociedades que as possuem – a exemplo das plantas medicinais.

São denominadas categorias êmicas aquelas categorias cognitivas nativas, que contrapõem as categorias éticas, aquelas que fazem parte do corpo da estruturação do conhecimento do pesquisador, termos inspirados na fonêmica e na fonética (POSEY, 1987 a).

Além das categorias êmicas, é interessante elucidar outro conceito que tem sido freqüentemente utilizado na pesquisa etnocientífica; é o conceito de

meme que analogamente ao *gene* se apresenta como a UC básica de transmissão cultural ou uma UC de imitação, através da qual, conhecimentos, tradições e costumes, passam de geração em geração; um exemplo de um instrumento utilizado para a transmissão dessa herança cultural é a linguagem (DAWKINS, 1979).

Velhos paradigmas a respeito do que é verdadeiramente científico, ou de onde e como se pode fazer ciência vêm sendo quebrados; o conhecimento tradicional, mesmo que não utilize as ferramentas e instrumentos do método científico convencional deve ser considerado, pois apresenta aspectos relevantes que sistematizados constituem-se em acervo científico. Embora, o “nativo”, ou seja, aquele que detém o conhecimento tradicional, não tenha obtido o seu conhecimento através do raciocínio lógico formal da academia, ele, na realidade, obtém seu conhecimento também, através de muitas outras possibilidades, de janelas múltiplas que são negadas pela nossa ciência ocidental que tende a uma compulsão numérica, como destaca MARQUES (1999). Porém, para se ter uma compreensão verdadeiramente ecológica da natureza, números não são suficientes, pois a ecologia é emocional (GOLDMSITH *apud* MARQUES, 1999) e a consciência ecológica só emerge através da combinação entre racionalidade e intuição (CAPRA, 1996 *apud* MARQUES, 1999).

3.2 As Populações Tradicionais e os Recursos Naturais

O Brasil, logo após a entrada dos portugueses, já apresentava uma formação étnica neobrasileira diferente de portugueses e índios que se multiplicou e difundiu ao longo da costa atlântica e para os sertões interiores, proliferando-se pelos grandes rios, uma formação que ao longo do tempo iria desenhar a vida social e cultural brasileira em suas diversas facetas, como descreve Darcy Ribeiro em seu livro “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil”, publicado em 1995. Nesse livro, ele define as “ilhas-Brasil” como áreas singulares de povoamento de acordo com as condições locais, tanto ecológicas, quanto de tipo de produção; esses núcleos teriam sido

responsáveis pelo processo de gestação étnica brasileira que para ele foi gerada assim (RIBEIRO, 1995):

“A identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica da nossa cultura tradicional, como por seu vigor e flexibilidade. Essa última característica lhe permitirá, como herdeira de uma sabedoria adaptativa milenar, ainda dos índios, conformar-se, com ajustamentos locais, a todas as variações ecológicas regionais e sobreviver a todos os sucessivos ciclos produtivos, preservando sua UC essencial. A partir das protocélulas, através de um processo de adaptação e diferenciação que se estende por quatro séculos, surgem as variantes principais da cultura brasileira tradicional [...]. Elas são representadas pela cultura crioula, que se desenvolveu nas comunidades da faixa de terras frescas e férteis do Nordeste, tendo como instituição coordenadora fundamental o engenho açucareiro. Pela cultura caipira, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração do ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização. Pela cultura sertaneja, que se funde e difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste. Pela cultura cabocla das populações da Amazônia, engajadas na coleta de drogas da mata, principalmente nos seringais. Pela cultura gaúcha do pastoreio nas Campinas do Sul e suas variantes, a matuta-açoriana (muito parecida com a caipira) e a gringo-caipira das áreas colonizadas por imigrantes, predominantemente alemães e italianos “.

O termo população tradicional pode ser amplamente discutido sob vários aspectos. Porém, seja qual for a visão, uma população tradicional sempre será identificada pela sua cultura diferenciada, com seu modo peculiar de se relacionar com o meio em que se encontra. Os costumes típicos podem variar desde a culinária até a farmácia, passando pelos modos de produção e comercialização de produtos manufaturados.

É comum identificarmos como população tradicional, as populações indígenas e as extrativistas da Amazônia, por exemplo, para as quais já se elaboram políticas públicas, visando sua perpetuidade e manutenção de sua auto-sustentação.

Porém, há outros casos de culturas claramente tradicionais que não são reconhecidas oficialmente como tal, e, portanto, não recebem nenhum tipo de

subsídio ou até mesmo, proteção que garanta a sua sobrevivência. Podemos citar, como exemplo, os ribeirinhos, os caipiras e sertanejos que vivem em todas as regiões do interior do País, e não somente em regiões específicas como muitas vezes se acredita. Nas regiões litorâneas também se encontram os caiçaras, que ali estão há muitas gerações em profunda interação com o ambiente físico-natural.

Segundo DIEGUES (1992), comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis.

DIEGUES (2000b) caracteriza as culturas tradicionais por sua:

- a. Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um *modo de vida*;
- b. Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c. Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;
- d. Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e. Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f. Reduzida acumulação de capital;
- g. Importância dada à UC familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h. Importância de simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i. A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;

- j. Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e
- k. Auto-identificação ou identificação pelos outros, de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

De acordo com WOORTMANN & WOORTMANN (1997) *apud* DÍAZ CROVETTO (2003), as práticas tradicionais estão estreitamente relacionadas com os recursos disponíveis no ambiente e possuem um caráter primordial de autoconsumo - para satisfazer as próprias necessidades, seja na alimentação ou na geração de outros bens: madeira para móveis ou energia, por exemplo.

DÍAZ CROVETTO (2003) relata em seus estudos realizados nas comunidades tradicionais de San Pedro no vale central do Chile, uma característica que é comum às mais distintas sociedades rurais da região - o trabalho cooperativo. Ou seja, uma determinada tarefa que, se fosse realizada apenas pela família, demandaria um grande tempo e desgaste físico, passa a ser menos dispendiosa quando as famílias firmam entre si o compromisso de se ajudarem; essa é também uma prática muito comum aqui no Brasil, e que é chamada de mutirão.

Na visão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2003b), o órgão responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente, a análise da destruição e da conservação dos recursos naturais permitiu perceber a existência de populações capazes de utilizar e ao mesmo tempo conservar tais recursos, estes grupos humanos passaram a ser chamados de “Populações Tradicionais”. E ainda, no entendimento da Instituição, a idéia de Populações Tradicionais está essencialmente ligada à preservação de valores, de tradições, de cultura e o homem, ao longo de sua história, tem alcançado importantes conquistas que o fazem avançar e que elevam sua dignidade de espécie humana. Entretanto, as mudanças e a velocidade das descobertas, tem crescido em proporções geométricas nos últimos 50 anos, tornando obrigatória a consolidação e o resgate de certos valores que apenas são conservados por populações tradicionais. Caso contrário, podem ser jogadas no esquecimento conquistas seculares da humanidade.

Segundo MEAD (1970) *apud* GUIMARÃES (2001), devemos considerar o modo de vida de nossos antepassados como algo ao qual jamais seremos

capazes de retornar, embora possamos resgatar sua sabedoria original para podermos compreender melhor o que vem ocorrendo hoje.

Estamos hoje sofrendo as conseqüências de um modo de vida prioritariamente urbano e altamente tecnológico. Modo de vida este, que quase sempre despreza a sustentabilidade dos recursos naturais do planeta, que não são infinitos e, provavelmente, se esgotarão antes do que se imagina se não houver uma desaceleração na rotina de produção imposta pelo capitalismo.

De acordo com RIBEIRO (2004), na busca de se refazer uma prática de conservação baseada no “como se pode” e não mais em proibições, da cunha da regulação, as populações tradicionais passam a ser enxergadas como um espelho cuja imagem deve ser interpretada e relida, para subsidiar uma forma de conservação baseada no “uso racional” que garantiu durante décadas a sobrevivência dessas populações que praticam o manejo dos recursos naturais. O mesmo autor alerta que durante a construção desse processo verifica-se, em alguns casos, a manipulação, utilização e apropriação dos conhecimentos das populações tradicionais como forma de legitimar modelos que se projetam como “receitas” para o desenvolvimento e a conservação da região como um todo, excluindo a leitura das diversificações culturais que conformam as peculiaridades de cada região.

Já estabelece a CDB - Convenção da Diversidade Biológica (Art 8º J) que os seus países signatários devem respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, relevantes para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, bem como, incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas e, encorajar a repartição justa e eqüitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (BRASIL, 1994).

As comunidades tradicionais são assim denominadas porque, dentre outras características, geralmente, utilizam os recursos naturais de forma sustentada, sem extinção de habitats, ou seja, tais comunidades são aliadas no

processo de desenvolvimento sustentável e não atores que aceleram o processo de degradação ambiental que estamos vivendo.

Seria importante e necessário utilizar-se de tais conhecimentos tradicionais como instrumentos para a recuperação e manutenção dos nossos recursos naturais.

3.3 A Conservação dos recursos naturais

A Biologia da Conservação é uma ciência relativamente nova, que surge a partir do momento em que as outras disciplinas não conseguem vislumbrar e abranger a dinâmica do mundo moderno. Dinâmica esta, que atinge em cheio e compromete seriamente a diversidade biológica do planeta.

Pode-se defini-la como sendo uma ciência multidisciplinar que trata da utilização e do gerenciamento dos recursos naturais visando a sua sustentabilidade, ou seja, associando desenvolvimento social, econômico e tecnológico com a preservação dos recursos genéticos do planeta. A diversidade biológica, eixo principal da biologia da conservação, pode ser definida como a riqueza da vida na terra, os milhões de plantas, animais e microorganismos, os genes que eles contêm e os intrincados ecossistemas que eles ajudam a construir no meio ambiente (WWF, 1989).

Não há dúvidas de que as principais causas da extinção de espécies advêm do crescimento das atividades antrópicas, como a industrialização, a produção de novas tecnologias e principalmente a utilização dos recursos naturais de forma não sustentada. A biodiversidade está diretamente relacionada com o habitat das espécies e a destruição destes é o maior responsável pela enorme e crescente perda da biodiversidade em todos os âmbitos (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

A sustentabilidade dos recursos naturais quer seja, solo, subsolo, atmosfera, águas, estuários, fauna ou flora, ou outro elemento da biosfera, não é mais ponto de discussão ou dúvida. Com efeito, a existência das próximas gerações, até mesmo as mais imediatas, depende diretamente da forma de uso destes recursos.

Segundo o SNUC (Art 2º, Inciso II), a conservação da natureza implica no manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo o potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2002).

O planeta está atravessando uma crise ambiental sem precedentes e a compreensão adequada dessa crise pressupõe, portanto, que esta diz respeito ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo (GUIMARÃES, 2001). O mesmo autor ainda destaca que, é preciso modificar radicalmente este modelo. Usar de forma racional a inteligência, não apenas para o desenvolvimento de tecnologias que tornam poderosos os que as detêm; afinal de nada adiantará ser detentor de poder, dinheiro ou tecnologia se a base para a manutenção destes processos estiver esgotada. Entretanto, seria suficientemente insano sugerir a reversão destes processos de desenvolvimento desencadeados até aqui. Porém é preciso assumir suas conseqüências. É muito importante a consciência disso para que se possa ter clareza de que o fator determinante da qualidade de vida de uma população, e, por conseguinte a sua sustentabilidade não é unicamente seu entorno natural, e sim a rede de relações que configura um determinado modelo de ocupação do território. Ou seja, a sustentabilidade de uma comunidade depende das inter-relações entre: sua população (tamanho composição e dinâmica demográfica); sua organização social (padrões de produção e de resolução de conflitos, e estratificação social); seu entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais); sua tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia) e suas aspirações sociais (padrões de consumo, valores, cultura).

Por conseguinte, somente a partir dos pressupostos acima mencionados será possível construir, de forma integrada, um novo modelo de desenvolvimento que garanta o uso sustentável dos recursos naturais.

3.4 As Unidades de Conservação

A Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil instituída pela Lei Nº. 6.938 de 31 de agosto 1981 já sinalizava para a necessidade de legislar sobre a matéria de espaços protegidos, através de seus princípios.

Porém, foi com a exigência dos incisos I, II, III e VII do parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que se instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, criado pela Lei Federal Nº.9.985 de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto Nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002).

O SNUC conceitua e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC's) no Brasil. As UC's criadas pelo poder público são geridas pelos órgãos executores da Política Nacional de Meio Ambiente em sua instância – Federal, Estadual ou Municipal. Em conjunto com a Lei de crimes ambientais - Lei Nº. 9.605 de 13 de fevereiro de 1998 regulamentada pelo Decreto Nº. 3.179 de 21 de setembro de 1999 - o SNUC e o decreto que o regulamenta, constituem instrumentos de gestão e execução da política nacional do meio ambiente.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2002) há dois grupos de UC's, o primeiro grupo - o de **Proteção Integral**, onde se enquadram as UC's destinadas à preservação dos recursos ambientais, admitindo apenas o seu uso indireto, como, recreação, lazer, educação, etc; E, no segundo grupo estão as UC's de **Uso sustentável**, que, como o próprio nome indica, admitem o uso direto dos seus recursos, tais como, extrativismo, reflorestamento, produção agro-pecuária, etc.

Dentro destes grupos, as UC's estão divididas em categorias de acordo com sua vocação como se seguem:

3.4.1 Categorias de UC's do Grupo 1 : de Proteção Integral

A) Estação Ecológica (Esec): Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos.

B) Reserva Biológica (Rebio): Tem como objetivo a proteção integral da biota e demais tributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É de posse e domínio públicos.

C) Parque Nacional (Parna): Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos.

D) Monumento Natural: Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas públicas ou particulares.

E) Refúgio de Vida Silvestre: Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. . Pode ser constituído por áreas públicas ou particulares.

3.4.2 Categorias de UC's do Grupo 2 : de Uso Sustentável

A) Área de Proteção Ambiental (APA): Área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas.

B) Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie): É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a

compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas.

C) Floresta Nacional (Flona): É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É de posse e domínio públicos.

D) Reserva Extrativista (Resex): É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da UC. É de domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais.

E) Reserva de Fauna: É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. É de posse e domínio públicos.

F) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. É de domínio público.

G) Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Nela poderão ser executadas, pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Segundo LIMA (2003) embora o projeto de lei que instituiu o SNUC tenha sido amplamente discutido no meio técnico, científico e popular, as reais inovações que ele apresentou foram tímidas, provavelmente por buscar intermediar visões e interesses políticos.

Suas categorias de manejo foram baseadas nas categorias reconhecidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) estabelecidas em 1994 como: Categoria I (Reserva Natural Estrita); Categoria II (Parque Nacional); Categoria III (Monumento Natural); Categoria IV (Área de Manejo de Habitat / Espécies); Categoria V (Paisagem Terrestre e Marinha Protegidas); e Categoria VI (Área Protegida com Recursos Manejados).

Houve modificações como participação popular na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, porém peculiaridades da nossa realidade local, como é o caso das culturas diferenciadas e dependentes de áreas naturais não foram bem explicitadas e atendidas dentro da nova legislação. Este, dentre outros, pode ser o motivo pelo qual a criação de UC's de conservação nem sempre tem cumprido o seu papel de efetividade no que tange a conservação dos recursos naturais, especialmente no Brasil, conforme relata LIMA (2003).

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Área de Estudo

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado, com 84.000,00 hectares, pelo decreto federal nº 97.658 de 12 de abril de 1989. Está localizado na região noroeste do estado de Minas Gerais (Figuras 1), na sub-bacia do Rio Urucuia e Carinhanha, bacia do São Francisco, municípios de Arinos, Formoso, Chapada Gaúcha e a partir do decreto de ampliação de 21 de maio de 2004 também possui extensão territorial no município de Côcos, estado da Bahia, totalizando 231.668,56 hectares (Figura 2) (BRASIL, 1989; 2004).

Apresenta um clima tropical quente semi-úmido, duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa, a primeira de abril a setembro e a segunda de outubro a março; temperatura média anual de 20^o.C e pluviosidade de 1250 a 1500 mm anuais. O parque preserva parte do planalto denominado, chapadão central que divide as bacias dos rios São Francisco e Tocantins, com topos relativamente planos, a sua altitude varia entre 600 e 1200m, enquanto os vales, limitados por margens bem definidas, têm áreas sujeitas a inundações (IBAMA, 2005). Domínio de Cerrado do Brasil central tem sua fitofisionomia bem diversificada com áreas de várzea, cerrado *sensu stricto*, matas de galeria, cerradão, cerrado ralo e muitas veredas, que são verdadeiros caminhos de mananciais hídricos guiados por palmeiras do gênero *Mauritia* sp., conhecidas vulgarmente por buritis e buritiramas (RIZZINI, 1979).

O parque possui também uma formação vegetal atípica para o cerrado e característica da caatinga, o carrasco, de aspecto retorcido e imbricado, sob um solo com concreções e afloramentos de pequenos lajedos, os quais junto com mata de grande porte estabelecem uma complexa tipologia para a cobertura vegetal (EMBRAPA, 2001).

De acordo com a avaliação ecológica rápida, etapa preliminar do Plano de Manejo da UC, a sua flora conta com mais de 600 espécies, distribuídas em aproximadamente 360 gêneros e 190 famílias e sua fauna é riquíssima, com a ocorrência de diversas espécies de vertebrados incluídas nos anexos da CITES³, como o lobo-guará (*Chrysocyon brachiurus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a onça-parda (*Puma concolor*), a Arara vermelha (*Ara Chloroptera*), a suçupara ou cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), dentre muitas outras. Durante os levantamentos realizados para subsidiar o Plano de Manejo da UC, foi descoberto que as espécies vegetais do parque representam cerca de 70% das plantas presentes no chapadão ocidental da Bahia e as veredas e lagoas são os ambientes com maior número de plantas raras ou endêmicas. Também foram registradas 62 espécies de peixes, sem registro de introdução de espécies exóticas e houve a descoberta de um gênero novo nunca antes encontrado na bacia do Rio São Francisco, o gênero *Laemolyta* (FUNATURA, 2000).

³ Convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e flora silvestre. A CITES através de suas reuniões bi-anuais estabelece uma lista de espécies protegidas, que atualmente inclui cerca de 30.000 espécies que são classificadas em três categorias: ANEXO I - contém as espécies ameaçadas de extinção. ANEXO II e III - contém as que correm perigo de extinção.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional Grande Sertão Veredas

- Localização no Brasil -

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Ecossistemas
Coordenação Geral de Regulação Fundiária

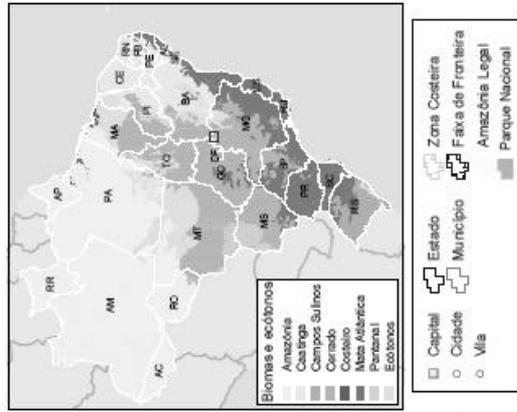
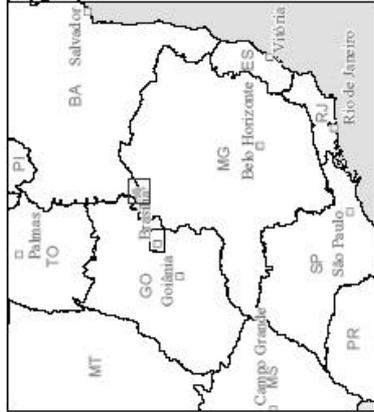
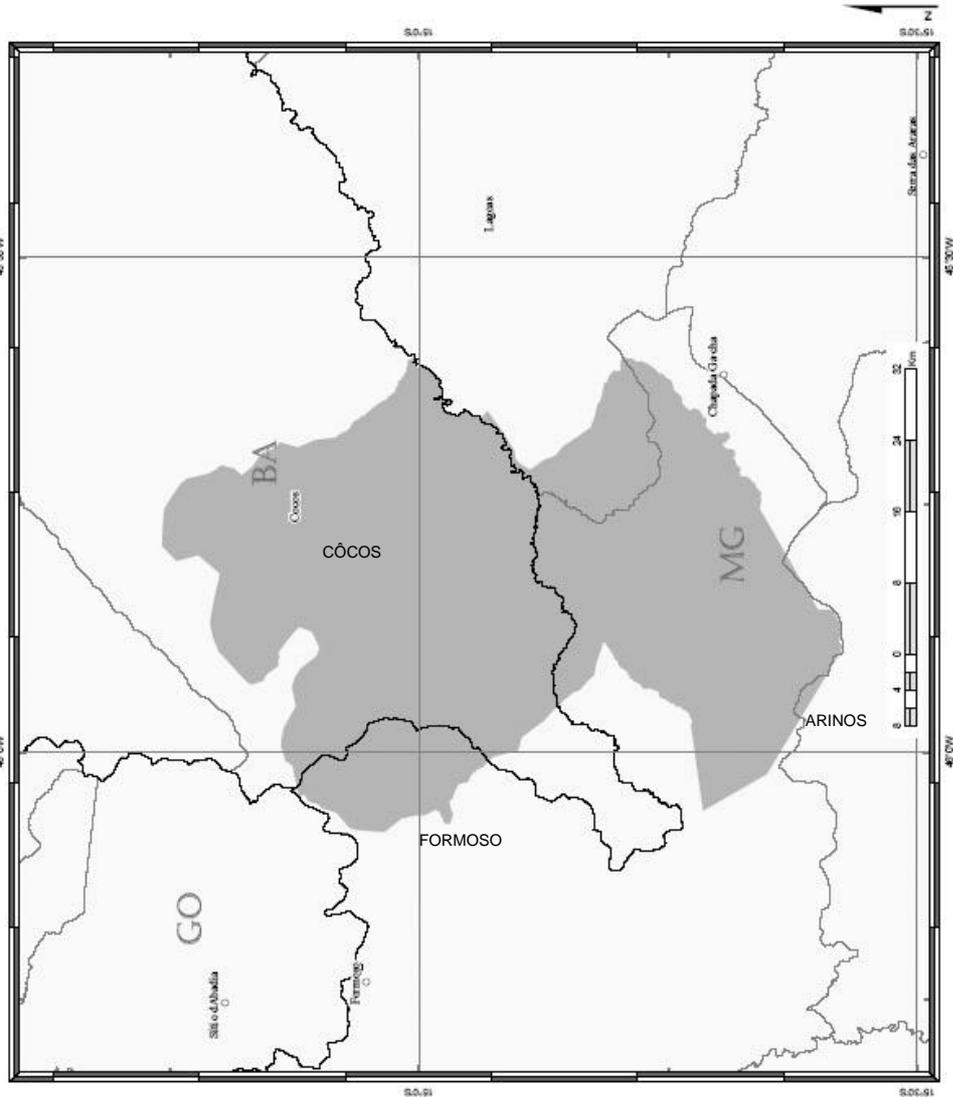


Figura 1. Localização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Fonte: IBAMA, 2004

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional Grande Sertão Veredas

- Carta Imagem TM Landsat-



MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Ecossistemas
Coordenação Geral de Regularização Fundiária

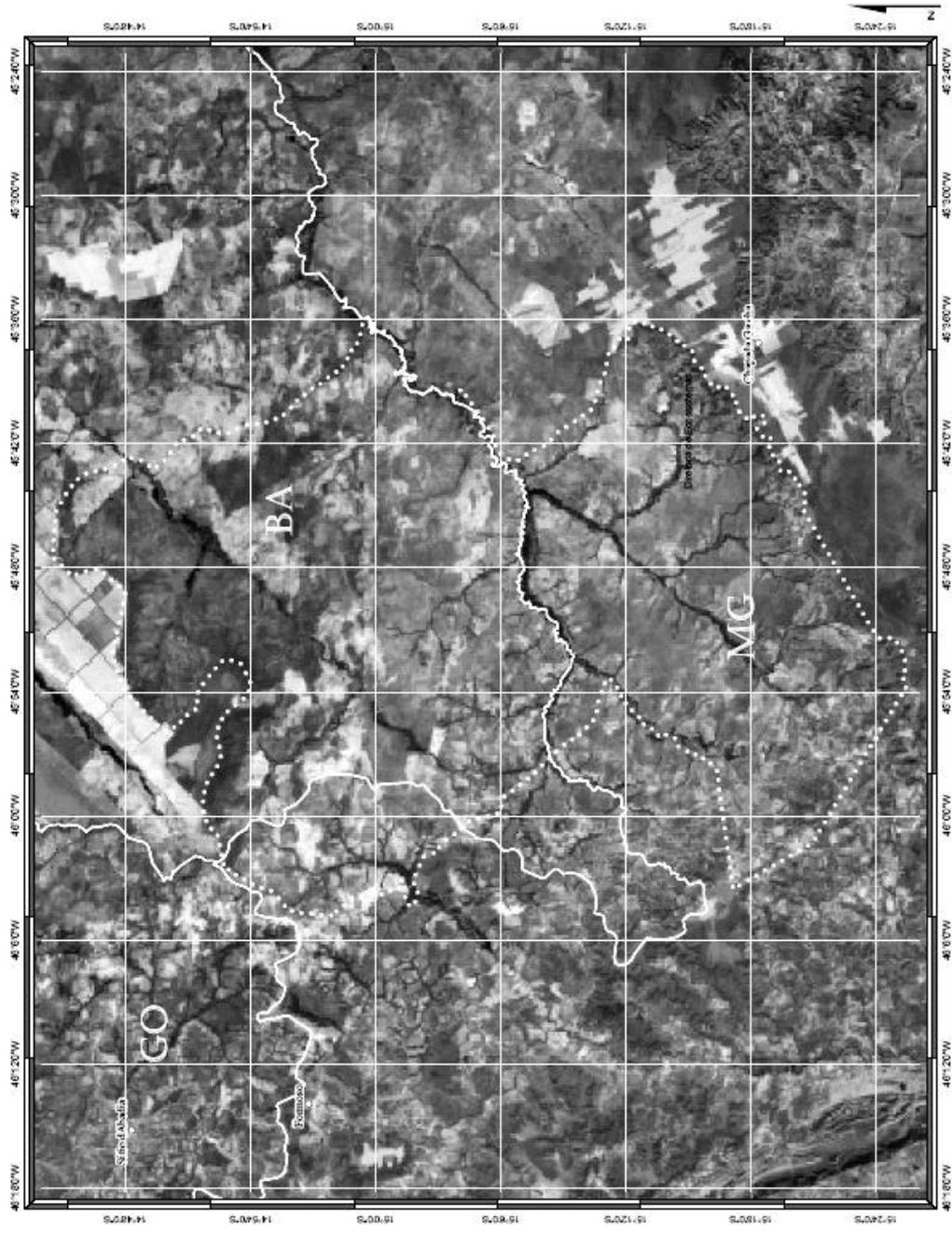


Figura 2. Imagem Satélite do Parque contendo sua ampliação

Fonte: IBAMA, 2004

A UC é administrada pelo IBAMA e tem uma parceria de cooperação técnica com uma Organização Não Governamental, a FUNATURA que desde a criação do Parque recebe recursos mensalmente para aplicação nas atividades da UC. Trata-se de uma experiência única no Brasil de programa de conversão da dívida externa para fins ambientais; com a cooperação norte americana da TNC – The Nature Conservancy. O programa permite que títulos da dívida externa brasileira gerem rendimentos a serem aplicados em projetos de preservação do meio ambiente, a partir de doações de entidades públicas ou privadas estrangeiras (sob a forma de créditos, títulos e depósitos vinculados aos acordos de reestruturação da dívida externa) a instituições ou fundos sem fins lucrativos situados no Brasil. O programa estabelecido para o Parque Nacional Grande Sertão Veredas tem uma duração inicial de 20 anos, passível de prorrogação por mais dez anos (IBAMA, 2003a).

O trabalho de campo foi realizado dentro da UC (considerando o decreto de criação) onde ainda residem alguns moradores; no entorno do parque e no Assentamento Rural São Francisco, onde foi assentada parte da comunidade tradicional do Parque.

Considerou-se como entorno, as áreas rurais adjacentes aos 84.000,00 do parque onde também se encontra parte da comunidade que residiu no parque.

O Assentamento Rural São Francisco é composto por duas fazendas localizadas no entorno da UC, município de Formoso-MG; possui uma área total de 6.400,00 hectares. Sua formação vegetal característica é o cerrado *sensu stricto* e ao contrário do Parque possui poucos mananciais hídricos, com a maior parte de sua extensão composta de campos gerais (Figura 3 e 4).



Figura 3. Vista de uma das 90 propriedades do Assentamento Rural São Francisco.



Figura 4. Vista geral do Assentamento Rural São Francisco.

4.2 Objeto de Estudo

“É praquê...lá é o seguinte...muncado vei pra cá muitios ano, foi criado, nascido.... eu num nasci aí, eu nasci foi lá na Varge Bunita... lá perto do....do monicipi de Januária..É.... Varge Bunita...o povo daqui quais tudo é de lá... da Varge Bunita.....perto do monicipe de Januária.”

Ex-morador do Parque a respeito da origem das comunidades moradoras do Parque.

A população tradicional do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, segundo informações locais, é proveniente, quase que integralmente do município vizinho denominado Januária, mais especificamente de um vilarejo chamado Várzea Bonita. Muitos também vieram das margens do rio Carinhanha, município de Bonito de Minas. A Várzea Bonita faz parte do cenário das batalhas do cangaceiro mais famoso de Minas Gerais – Antônio Dó (Anexo A), que na verdade era originário de Pilão Arcado na Bahia, mas passou grande parte de sua vida na Serra das Araras, vilarejo que pertencia ao município de São Francisco e hoje pertence à Chapada Gaúcha, município sede do parque.

A comunidade de moradores do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que também pode ser designada num sentido mais amplo e literário como “os povos do Grande Sertão Veredas”, designação esta que abrange também toda a comunidade daquela região (noroeste de Minas), onde os nativos são denominados sertanejos ou geraizeiros por seus costumes e modo típico de vida, constituiu-se no objeto central desta pesquisa, através da sua vida cotidiana e sua relação com a UC.

Dentro dos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas viviam, segundo levantamento sócio-econômico, 90 famílias totalizando 390 pessoas (215 homens e 175 mulheres) das quais, 38 caracterizavam-se como posseiros, ou seja, sem documentação que comprove a propriedade; 27 proprietários de imóveis com documentação; 15 concessões (acordo de benefício entre dono da terra e usuário para uso da propriedade); e por fim, 10

famílias moradoras, cujos chefes são empregados de proprietários ou trabalhadores do parque (FUNATURA, 1998).

Estas famílias se originaram, principalmente, de municípios do norte de Minas Gerais (Quadro 1) e residiram, em média, 45 anos dentro da área do parque.

QUADRO 1. Local de origem dos entrevistados.

ORIGEM DOS ENTREVISTADOS	(%)
Várzea Bonita (Município de Januária-MG.)	37,94
Margens do rio Carinhanha (municípios de Januária-MG e Bonito de Minas-MG)	20,68
Parque	27,58
Outros municípios	13,80

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

Cerca de 80% da área de 84.000,00 hectares da UC (área original do Parque e que possui maior densidade populacional) pertence a Formoso-MG, município responsável pelo atendimento às necessidades básicas dos moradores do Parque, que estavam divididos em diversas comunidades que normalmente eram formadas por ramificações de uma mesma família e seus agregados. As comunidades do parque eram denominadas por uma característica marcante da região, que, em geral, referia-se a um atributo natural. São as principais: Rio Preto, Santa Rita, Passagem do Mato, Pau Grande, Matinho, Mandú, Tomé Inácio, Três Irmãos, Vereda da Maria Antônia, Capim Puba, Barbatimão, Carinhanha, Mato Grande, Limoeiro e Chapadinha.

4.3 Coleta de Dados

A coleta de dados compreendeu três etapas distintas durante o período de abril de 2004 a maio de 2005. A primeira e segunda etapas foram constituídas por levantamento de dados secundários e reconhecimento da área a ser pesquisada. A terceira etapa constituiu-se de pesquisa de campo na qual foram empregadas as metodologias qualitativas; observação participante e entrevista semi-estruturada:

A primeira etapa foi realizada durante o III Encontro dos povos do Grande Sertão Veredas nos dias 22, 23, 24 e 25 de abril de 2004 no município de Chapada Gaúcha. Este encontro reúne todas as comunidades tradicionais da região para apresentações culturais de dança, folclore, artesanatos, comidas típicas e discussões sobre a política ambiental local e regional e envolve, conseqüentemente, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e sua comunidade; durante o encontro foi possível o registro fotográfico e escrito de rituais típicos dessas comunidades, além de contatos preparatórios para a terceira etapa da pesquisa de campo.

A segunda etapa compreendeu uma viagem ao município sede do parque – Chapada Gaúcha. Durante o período de 04 a 18 de julho de 2004, foram feitos reconhecimentos preliminares e informais da situação sócio-econômica das comunidades do parque, assim como levantamento de referências bibliográficas acerca do parque e suas comunidades tradicionais. Também pôde ser iniciado o reconhecimento dos prováveis “consultores culturais” que segundo MARQUES (2001) são os informantes que detêm o maior conhecimento e experiência a respeito do tema abordado pela pesquisa, além de disponibilidade e interesse em partilhar tais conhecimentos e informações.

A terceira etapa ocorreu durante os meses de março, abril e maio de 2005, onde, inicialmente, para a identificação das formas de vida e de relação com os recursos naturais das populações tradicionais do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, foi estabelecida uma relação de convivência com o objeto de estudo, através do método etnográfico denominado observação participante, proposto por MALINOWSKI (1978) e pela metodologia geradora de dados de POSEY (1987a), que possibilitaram a identificação da amostra, ou seja, das pessoas a serem entrevistadas além da familiarização do pesquisador com as categorias êmicas locais.

Embora a observação participante demande um tempo maior de convivência entre o pesquisador e o pesquisado, neste trabalho foi possível contar com a experiência anteriormente vivenciada pela pesquisadora que residiu durante dois anos na região enquanto atuou como administradora do

parque. Este fato possibilitou não somente, o estabelecimento de uma relação de convivência, como também a análise e compreensão dos resultados.

A amostra foi escolhida pela intimidade dos moradores com a área, por isso foram escolhidos os moradores mais antigos e /ou aqueles que nasceram e se criaram ou viveram a maior parte de suas vidas dentro da área que hoje se constitui o parque.

O universo amostral constituiu-se de 42 famílias que vivem hoje na região do parque. Região esta que compreende, para fins deste estudo, os limites da UC, o seu entorno e o Assentamento Rural São Francisco.

Dessas 42 famílias foi retirada uma amostra de 29 pessoas a partir da metodologia geradora de dados de POSEY (1987a) e dessas 29, 08 foram identificadas como consultores culturais, que seriam aqueles entrevistados com os quais se manteria uma relação de maior contato, para esclarecimento de dúvidas ou quaisquer outros pontos da pesquisa (MARQUES, 2001).

Foram entrevistadas 04 pessoas que nunca foram residentes do parque, mas que têm uma relação direta com a UC através dos cargos que exercem em instituições da região. Esta participação foi importante para o conhecimento da visão da organização civil local em relação ao parque e as suas populações humanas. Foram eles: o chefe do parque, representante do IBAMA na região, o coordenador de campo da FUNATURA que atua no parque há aproximadamente 10 anos, o prefeito do município sede do parque, natural de uma comunidade de entorno da UC e uma professora do ensino fundamental que leciona no entorno do parque.

Além de entrevistas semi-estruturadas que aconteciam, na maioria das vezes, em grupo optou-se também pela livre conversação. Vale ressaltar aqui que, a maior preocupação da pesquisa não foi com o método em si, mas sim em fazer com que as pessoas abordadas se sentissem o mais a vontade possível para conversar a respeito de suas vidas, do modo de vida da região e de tudo aquilo que eles julgassem importante.

As entrevistas foram orientadas pelas questões que se seguem, a partir das quais foram inseridos outros temas de acordo com o desenvolvimento do diálogo:

Comunidade do Parque (29 entrevistados)	Outros (04 entrevistados)
<ol style="list-style-type: none"> 1) Qual a sua origem? 2) Com que idade veio para esta região? 3) Qual a principal fonte de sustento? 4) O que se plantava? 5) Como se plantava? 6) Quando ficou sabendo que a região tinha “virado” Parque? 7) Depois da criação do Parque mudou a forma de trabalhar a terra? As culturas? O manejo? 8) O que ficou diferente após a criação do Parque? 9) Como era a vida no Parque? 10) Gostaria de voltar a viver na região? 11) Como é a utilização de plantas e animais? 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há quanto tempo vive na região? 2) Do seu ponto de vista quais são as principais características das comunidades dessa região? 3) Como você enxerga a relação entre comunidades daqui e os recursos naturais? 4) Qual sua visão em relação ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas e as populações humanas que residem nele? 5) Como você analisa a política fundiária do IBAMA? 6) Como você acha que a comunidade da região enxerga o Parque e o IBAMA?

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A Comunidade no Parque

As entrevistas do presente estudo foram realizadas com indivíduos do sexo masculino e feminino, com idades que variaram entre 31 e 76 anos. Houve uma maior concentração entre indivíduos do sexo masculino com idade entre 31 e 45 anos, conforme o quadro 2.

QUADRO 2. Entrevistados separados por idade e sexo.

ENTREVISTADOS (%)	FAIXA ETÁRIA						SEXO	
	31 a 45 anos		46 a 60 anos		61 a 76 anos		M	F
	M	F	M	F	M	F		
	37,93	6,90	24,13	13,80	10,34	6,90	72,40	27,60

M = Masculino; F = Feminino;

Fonte: Pesquisa de campo - 2005.

O sexo não consistiu um critério para a escolha da amostra, porém a faixa etária foi escolhida baseada nos objetivos da pesquisa que pretendeu,

entre outras coisas, conhecer dados históricos do parque que geralmente não são conhecidos e vivenciados por indivíduos jovens.

Em relação à maior incidência de indivíduos do sexo masculino, este fato ocorreu por serem estes indivíduos os responsáveis pelas famílias e que correspondem ao seu principal interlocutor numa hierarquia de valores que constituem as regras de conduta da região.

Com relação à faixa etária, não houve uma variação muito grande de porcentagem entre as faixas e o fato do maior número de entrevistados estar entre os 31 e 45 anos pode estar associado à idade ativa dos indivíduos daquela região.

De acordo com os entrevistados, a região do parque começou a ser ocupada em 1937 e nunca possuiu a infra-estrutura necessária a uma comunidade, assim como se pode observar pelo quadro 3.

QUADRO 3. Infra-estrutura e serviços dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Infra-estrutura/serviço	Ocorrência
Postos de saúde	não
Transporte coletivo	não
Escolas	sim
Abastecimento de água	não
Energia elétrica	não
Igrejas	não

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

5.1.1 SAÚDE

Conforme o mostra o quadro 3 não há postos de saúde dentro do parque e o serviço de saúde oferecido à sua população se restringe à aplicação de vacinas, que era realizado nas escolas, porém, com a retirada de grande parte da população de dentro do parque e o conseqüente fechamento das escolas, este serviço ficou defasado. Os atendimentos de urgência são realizados nos postos de saúde existentes nas sedes dos municípios mais próximos (Formoso-MG ou Chapada Gaúcha-MG, que ficam entre 20 e 80 km de distância), a partir dos quais se encaminham os doentes a centros maiores, como por exemplo, Brasília-DF, se necessário.

Durante os anos de 1994, 1995, 1996 e 1997 foi realizado um projeto de saúde familiar financiado por um organismo internacional e executado pela FUNATURA. Este projeto atendeu todas as famílias residentes no parque e tinha como princípios básicos à orientação a respeito de: saúde bucal, doenças da mulher, doenças sexualmente transmissíveis e cuidados com a higiene pessoal e higiene do lar.

A medicina caseira bastante difundida se baseia na utilização de plantas (chá, unguentos e outros preparados) e animais (órgãos e tecidos), além de rezas e simpatias.

5.1.2 EDUCAÇÃO

Antes da criação do parque o ensino era particular e os pais eram responsáveis pela contratação dos professores. Segundo relatos, muitos pais deixavam suas propriedades por alguns dias no início do período letivo (aproximadamente 15 dias entre os meses de janeiro e fevereiro) e iam trabalhar nas grandes fazendas para adquirir meios de pagar o professor e o material necessário para o ensino de seus filhos, que acontecia nas suas próprias residências.

Após a criação do parque, as comunidades puderam contar com oito escolas de ensino fundamental (Quadro 3), que funcionavam em pequenas salas construídas pela prefeitura. As aulas eram ministradas em turmas multisseriadas de 1^a. a 4^a. séries. Cada escola era composta por uma turma de aproximadamente doze alunos, com uma faixa etária que variava de 07 a 16 anos.

A Prefeitura Municipal de Formoso era responsável pela manutenção das escolas e pela remuneração dos professores, que pertenciam à própria comunidade do parque. O funcionamento das escolas foi interrompido após a retirada dos posseiros da área do parque, que aconteceu durante o ano de 2002.

5.1.3 TRANSPORTE, ENERGIA E ÁGUA

Os sistemas de transporte coletivo, energia elétrica e abastecimento de água do município nunca atenderam a população do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

O acesso a outras comunidades é realizado através de transporte particular e individual, que em sua maioria consta de animais de montaria, principalmente equídeos e em alguns casos, o transporte ainda é feito com o carro de boi. Porém, o carro de boi era utilizado mais comumente para o transporte de bens de consumo e produção.

A população não conta com nenhum tipo de sistema de energia elétrica; a iluminação é proveniente de lamparinas abastecidas geralmente por querosene.

A água utilizada para beber, alimentação, banho e lavagem de roupas e louças provém das extensas veredas existentes em todo o parque, e foi nas proximidades desses mananciais, que as famílias se instalaram, a partir das quais foram conformadas as comunidades.

5.1.4 HABITAÇÃO E ATIVIDADES SOCIAIS

As Moradias dentro do parque são constituídas em sua maioria, de casas denominadas ranchos. Essas casas são construídas com material coletado do próprio meio físico-natural, nas quais a principal matéria prima utilizada são as folhas das palmeiras de buriti (*Mauritia* sp.), empregadas desde a cobertura até as paredes como ilustra a Figura 5. Há variações de matéria-prima utilizada como, por exemplo, a argila para revestimento de paredes. O piso é composto de solo natural compactado manualmente, as portas variam de madeira a pecíolo da folha de buriti e são usadas apenas na sala e cozinha. A cozinha pode conter ou não um fogão de lenha que consta de todas as habitações, este porém, pode estar localizado na parte de fora da casa. Não há sistema de esgotamento sanitário e as casas não possuem banheiro, normalmente uma área do terreno é destinada à liberação dos dejetos humanos.

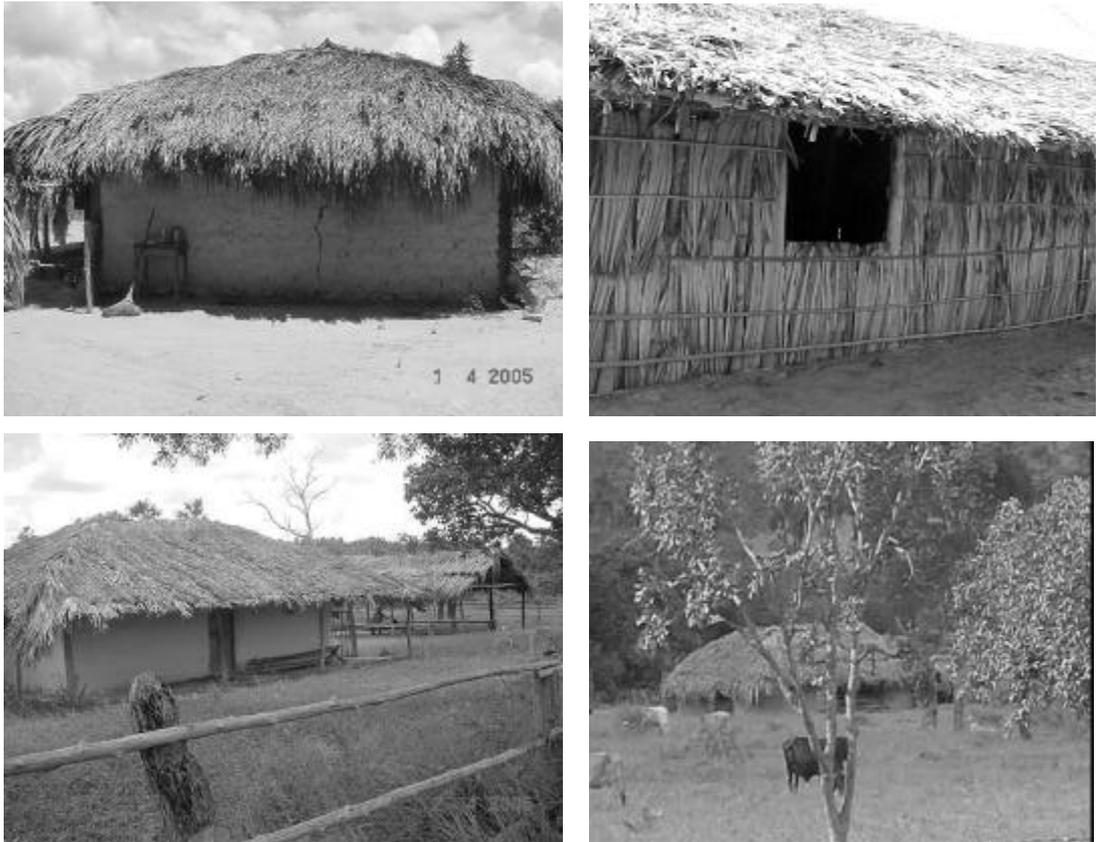


Figura 5. Habitações típicas do interior do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Não há igrejas no interior do parque, as atividades religiosas comumente associadas a atividades de lazer são realizadas nas próprias casas ou nas escolas das comunidades.

Cerca de 96% dos moradores são católicos (FUNATURA, 1998) e as festas religiosas foram apontadas entre as atividades de lazer mais apreciadas, juntamente com os forrós e banhos coletivos de rio.

5.2 Uso e conhecimento dos Recursos Naturais pelas Populações Tradicionais

“Quando o vento vira do nascente pro poente assim, é costume estiar”.

(Após vários dias de chuva o dia amanheceu ensolarado, conforme previu o morador do parque)

“A dura escola do Sertão ensina aos seus filhos num curso universitário vitalício”.

Câmara Cascudo

O presente estudo revelou a utilização de uma vasta gama de recursos extraídos do ambiente que vão desde a produção de alimentos até a construção civil. Com uma tecnologia artesanal tudo o que é necessário para a sobrevivência, até com certo conforto é retirado pelos próprios moradores do ambiente. A matéria-prima é elaborada e transformada no instrumento desejado.

As habitações geralmente são construídas com tijolos de adobe⁴, argila, madeira e folhas da palmeira Buriti (*Mauritia sp*). O Buriti é a matéria-prima mais utilizada. A folha completa, comumente denominada palha é muito utilizada na cobertura de construções e revestimento de paredes; o pecíolo da folha é utilizado para a construção de móveis, brinquedos, portas, janelas; do limbo retira-se a seda para confecção de esteiras, redes, cortinas, cestas, chapéus, peneiras, vassouras, utensílios domésticos e a medula do pecíolo é também utilizada para fabricação de rolhas para vidraria. Além de outras madeiras e produtos não-madeireiros que também são utilizados para fabricação de vários instrumentos (Figuras 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15,).

O artesanato não é muito difundido na região, talvez pelo isolamento da população, o material é produzido para uso doméstico mesmo, como esteiras e redes de buriti que vez por outra são levados por visitantes, mas não há uma regularidade, nem organização na produção e comércio de produtos artesanais.

⁴ Tijolo artesanal feito de argila



Figura 6. Pilão de madeira utilizada para retirar a casca do arroz .



Figura 7 - Forno de barro



Figura 8. Arquitetura de um telhado de palha de buriti.



Figura 9. Porta da casa da fazenda Santa Rita, fabricada com o peciolo(talo) da folha de buriti.



Figura 10. Rabeca fabricada com o pecíolo(talo) e limbo (seda) da folha de buriti.



Figura 11. Processo de fabricação da esteira de buriti.



Figura 12. Cama fabricada com o pecíolo(talo) da folha de buriti, coberta com a esteira de buriti.



Figura 13. Cama de buriti



Figura 14. Sofá fabricado com o pecíolo (talo) da folha de buriti.



Figura 15. Utensílios utilizados na fabricação artesanal de farinha de mandioca.

Todos os produtos são elaborados a partir do conhecimento tradicional adquirido e repassado de geração em geração. Um conhecimento que pode desaparecer, visto que, com a retirada das populações tradicionais da área do parque e sua conseqüente dispersão espacial, ocorreram limitações para a manutenção da prática de fabricação dos produtos acima referidos.

A separação das famílias constitui-se num dos fatores que causam a interrupção desse repasse de conhecimento. Pois, diante da expulsão do território do Parque muitos foram se estabelecer no meio urbano e perderam o acesso facilitado à matéria-prima. Além do que, passaram a utilizar produtos industrializados, agora de mais fácil acesso em seu novo modo de vida.

A escassez de matéria-prima, principalmente os buritis, foi apontada também como fator limitante para a produção de artefatos, pelos moradores do Assentamento Rural São Francisco.

Nos Quadros 4 e 5 estão descritas as principais fontes de alimentação e produção das comunidades do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. A produção agrícola, no parque, se baseava na mão-de-obra familiar e de subsistência. Não há utilização de insumos ou máquinas. A preparação da área para plantio era feita inicialmente, com a queima do terreno para a retirada do material vegetal de maior porte e serrapilheira, em seguida a destoca e limpeza

final era realizada manualmente com machado e enxada. De acordo com entrevistados, a queima era controlada para a segurança dos próprios moradores e suas propriedades, este controle era feito através da confecção de aceiros em torno da área destinada à queima.

QUADRO 4. Tipos de cultura produzidas no parque.

Principais tipos de cultivo	Área média cultivada/ano/família (m ²)
Arroz	90
Feijão	10
Mandioca	30
Milho	10
Cana-de-açúcar	05
Abacaxi	05
Abóbora	05
Banana	05

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

Além do cultivo de monoculturas, foram apontadas espécies vegetais do cerrado que são utilizadas na alimentação, medicina caseira e como fonte extra de renda através da extração de seus frutos e folhas. Os frutos mais coletados eram o buriti (*Mauritia* sp.), o pequi (*Caryocar* sp.) e a favela (*Dimorphandra mollis*), sendo que as duas últimas eram coletadas numa escala maior para escoamento no mercado externo. O fruto do buriti também é bastante utilizado tanto *in natura* quanto no doce que é feito do cozimento de sua polpa com açúcar. Não somente o buriti, mas também outras espécies são utilizadas na alimentação, principalmente os frutos como, por exemplo, o araticum, a mangaba, o caju do cerrado ou cajuí, o butiá ou côco-cabeçudo, conforme ilustra o Quadro 6 .

O pequi (*Caryocar* sp.) e a favela (*Dimorphandra mollis*) constituem os frutos extraídos em maior escala, inclusive para exportação e, segundo os consultores locais, os moradores locais que extraíam esses frutos cessaram suas atividades por medo de fiscalização. A extração que ocorre atualmente é feita por coletores advindos de outros municípios e regiões.

Além da produção agrícola e extrativismo, foi citada a coleta de aves, principalmente os psitacídeos (araras, papagaios, periquitos, jandaias,

maritacas etc.) como uma fonte de renda extra, prática que foi interrompida com a criação do parque.

Segundo entrevistados, a caça de animais silvestres como fonte alimentar restringia-se ao consumo e não fazia parte das atividades econômicas da população do parque, podendo ocorrer apenas esporadicamente.

QUADRO 5. Principais fontes de proteína utilizadas no parque.

Fonte de Proteína	Origem
Carne	Silvestre (caça), domésticos (aves, bovinos, suínos e caprinos)
Ovos	Aves domésticas e silvestres
Leite	Bovino e caprinos

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

O cerrado também era utilizado para criação extensiva de gado pelos pequenos proprietários e posseiros, que possuíam em média 13 cabeças de gado por família. Para renovação da pastagem também era comum a prática de queimadas, que por sua vez não se constituía de uma atividade controlada como era o caso da queimada para limpeza de terreno de cultivo, visto que se tratava de áreas maiores e mais distantes das moradias. Não raramente, essas queimadas de transformavam em incêndios florestais que necessitavam de combate para serem extintos.

QUADRO 6. Utilização tradicional da flora do cerrado na Região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Espécie	Nome comum	Parte utilizada	Utilização
<i>Butia capitata</i>	Butiá ou côco-cabeçudo	Fruto	Licores, geléias, doces
<i>Mauritia vinifera</i> <i>Mauritia flexuosa.</i>	Buriti	Fruto e folha	Doces, consumo <i>in natura</i> , móveis, utensílios domésticos, instrumentos musicais, construção civil;

QUADRO 6. Utilização tradicional da flora do cerrado na Região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. (Continuação)

Espécie	Nome comum	Parte utilizada	Utilização
<i>Annona crassiflora</i>	Araticum, cabeça-de-nêgo	Fruto	Consumo <i>in natura</i>
<i>Dimorphandra mollis</i>	Favela	Fruto	Extração para comércio
<i>Caryocar brasiliense</i> <i>Caryocar coriaceum</i>	Pequi	Fruto	Culinária típica salgada, doces, licores Extração para comércio
<i>Anacardium humile</i>	Caju-do-cerrado; cajuí	Fruto	Geléias, doces, consumo <i>in natura</i>
<i>Byrsonima verbascifolia</i>	Murici	Fruto	Consumo <i>in natura</i>
<i>Hancornia speciosa</i>	Mangaba	Fruto	Consumo <i>in natura</i>
<i>Eugenia dysenterica</i>	Cagaita	Fruto e folha	Consumo <i>in natura</i> , medicinal (diarréias)
<i>Pseudorickellia brasiliensis</i>	Arnica	Planta completa	Medicinal (anti-inflamatório)
<i>Ipamoea</i> sp.	Batata-de-purga	Raiz	Medicinal (anti-inflamatório)
<i>Stryphonodendron adstringens</i>	Barbatimão	Folha	Medicinal
<i>Mimosa pteridifolia</i>	Angiquinho	Folha	medicinal

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

A utilização de animais tanto para alimento quanto para remédios, foi declarada como atividade nula nos dias atuais, porém muitos reconheceram a importância da fauna local para sua sobrevivência e de seus antepassados.

Já ouvi falá que gordura de sucuri é bom pra reumatismo. Tinha uns que intendia, antigamente ninguém ia pra hospital e sempre ficava curado.... Se não fosse doença de morte?!?!?

Ex-morador do Parque

Embora a medicina popular do Grande Sertão Veredas se apresente como um sistema multivariado que envolve componentes humanos, animais, vegetais, naturais, e sobrenaturais, onde a saúde depende de vários fatores, estes componentes não foram exaustivamente investigados; e o fato da comunidade ter uma relação muito estreita com o IBAMA (Órgão prioritariamente de fiscalização ambiental) parece ter, a princípio, inibido os depoimentos principalmente a respeito da zooterapia, pois foram apontados poucos animais e derivados com utilidade na medicina caseira (Quadro 7).

QUADRO 7. Alguns exemplos utilizados na zooterapia das Populações Tradicionais da região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Nome Popular	Pista taxonômica	Parte ou produto	Finalidade
Meleta	Tamandua tetradactyla	Couro	Ferimentos
Tiú	Teiu teiu	Gordura do fígado	Ferimento
Rolinha branca	Carne (caldo)	Resguardo de mulher parida
Sucuri	Eunectes murinus	Gordura	Reumatismo

Fonte : Pesquisa de campo – 2005.

Este tema já vem sendo estudado em outras populações tradicionais por vários autores (BROWNER, 1985; BEGOSSI, 1992; BEGOSSI & BRAGA, 1992; FIGUEIREDO, 1991; MARQUES, 2001; COSTA-NETO, 1995; 1999a; 1999b; SOUTO *et al.* , 2000 *apud* MOURA, 2002) e MOURA (2002) ainda sugere que a cultura popular brasileira possui uma prática médica que pode

estar baseada na utilização de sobras de animais, impróprias para consumo alimentar .

Segundo relato dos entrevistados, antes da “chegada” do parque, as pessoas sobreviviam da combinação da agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, caça, pesca e coleta; o que poderia estar relacionado a uma estratégia de sobrevivência baseada na utilização de vários ecossistemas, visando a redução de riscos da dependência de um só recurso natural que poderia se esgotar, conforme explica DIEGUES & NOGARA (1999).

De acordo com DAYRELL (1998) *apud* FUNATURA (2002) estes sistemas denominados agroextrativistas (baseiam-se na agricultura e extrativismo) incorporam intercâmbios ecológicos com a natureza e intercâmbios econômicos com o meio ambiente social e por apresentarem características étnicas próprias contém elementos importantes de sustentabilidade que permitem conciliar produção e preservação nos cerrados.

Porém, com a criação do parque e conseqüentemente, a vinda IBAMA para a área, as atividades, ficaram restritas a apenas agricultura de subsistência dentro da UC.

Entretanto, não somente a criação do Parque Nacional é responsável pela desestruturação dos processos tradicionais de produção. De acordo com estudos realizados na região, o avanço das tecnologias de modernização dos cerrados, aliado às dificuldades de acesso ao mercado tem se tornado também, obstáculo para esses sistemas tradicionais de produção (FUNATURA, 2002).

As veredas constituem-se nas principais ecozonas da região do parque e que segundo POSEY (1987 a) correspondem às áreas associadas a componentes bióticos e abióticos integrados. Esses espaços representam as áreas de maior utilização por parte das populações tradicionais; neles os recursos naturais são otimizados para utilização e manutenção da sobrevivência local.

Porém, é comum também a prática denominada “esgotamento da vereda”, uma técnica de drenagem que desvia o curso do rio para diminuição

da água em determinada área da vereda, possibilitando o aumento da área de cultivo em solo mais rico.

Essa ecozona do rio de origem antrópica, apesar de ser uma prática comum e antiga, tem merecido estudos mais detalhados por tratar-se de área de preservação permanente (APP)⁵, onde é proibida a agricultura; o que remete novamente às modificações nas práticas comuns da população tradicional a partir da criação do parque e do estabelecimento de novas regras com a permanência de órgãos de fiscalização ambiental na região.

No manejo do solo é utilizado o sistema de rotatividade do solo e cultura, de acordo com a explicação local, é feita a limpeza de uma área de aproximadamente 1000 m², dessa área são plantados 200 m² no primeiro ano de um tipo de cultura, no próximo ano essa área descansa e outra área é cultivada e no próximo ano as duas áreas ficam em pousio (*descansando*), e assim sucessivamente; as culturas também vão sendo trocadas para não exaurir o solo, que de acordo com moradores não é muito bom por possuir muito *luminus*⁶.

Durante as observações de campo foi possível perceber que há uma grande dependência e utilização dos recursos naturais por parte da população tradicional daquela região, como há também uma intimidade com os ciclos biogeoquímicos; questões como o ciclo dos nutrientes e da água são tratados corriqueiramente.

Conhecimento a respeito de comportamento animal de côrte, forrageamento, rastros fazem parte das conversas e brincadeiras do dia-a-dia. Como por exemplo, quando dois ex-moradores conversavam a respeito da sua saída do parque, um deles disse que quando o outro voltasse à sua casa iria uivar, arranhar as portas, como se fosse um lobo-guará e ainda depois defecaria e urinaria em torno da casa toda.

Este fato ilustra o conhecimento ecológico tradicional a respeito do comportamento dos lobos que de acordo com BRADY e DITTON, (1979)

⁵ São áreas protegidas por lei com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, flora, fauna, fluxo gênico, solo (Lei N^o 4.771/65. Código Florestal Brasileiro).

⁶ Luminus é a denominação popular para o metal alumínio (Al) que se encontra em grande quantidade nos solos daquela região.

possuem, além da marcação de território comum à característica competitiva da espécie, são animais muito emocionais e que possuem oscilações de humor transmitidas através do choro.

O conhecimento de espécies animais e vegetais por parte dos habitantes da região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas merece estudos mais aprofundados dentro da etnociência, pois constitui-se ainda de um campo aberto e muito pouco estudado dentro da etnobotânica e etnozologia, principalmente.

5.3 Populações Tradicionais existentes na região do Parque

A alta sócio-diversidade do Brasil é inegável; embora o Sistema Nacional de UC's de Conservação – SNUC (Lei 9.985 /2000) não tenha dado conta de definir o que seria uma população tradicional, tal matéria já está elucidada em vários estudos científicos; muitos estudos abordam essas comunidades que possuem uma relação estreita com o meio em que vivem e, conseqüentemente, com os recursos naturais que as cercam (HAUDRICOURT, 1962; MARTINEZ-CROVETTO, 1968 *apud* MARQUES, 2002; LÉVY-STRAUSS, 1970; POSEY, 1986 *apud* ARRUDA, 2000; MARIN & CASTRO 1993 *apud* CASTRO, 2000; RIBEIRO, 1995).

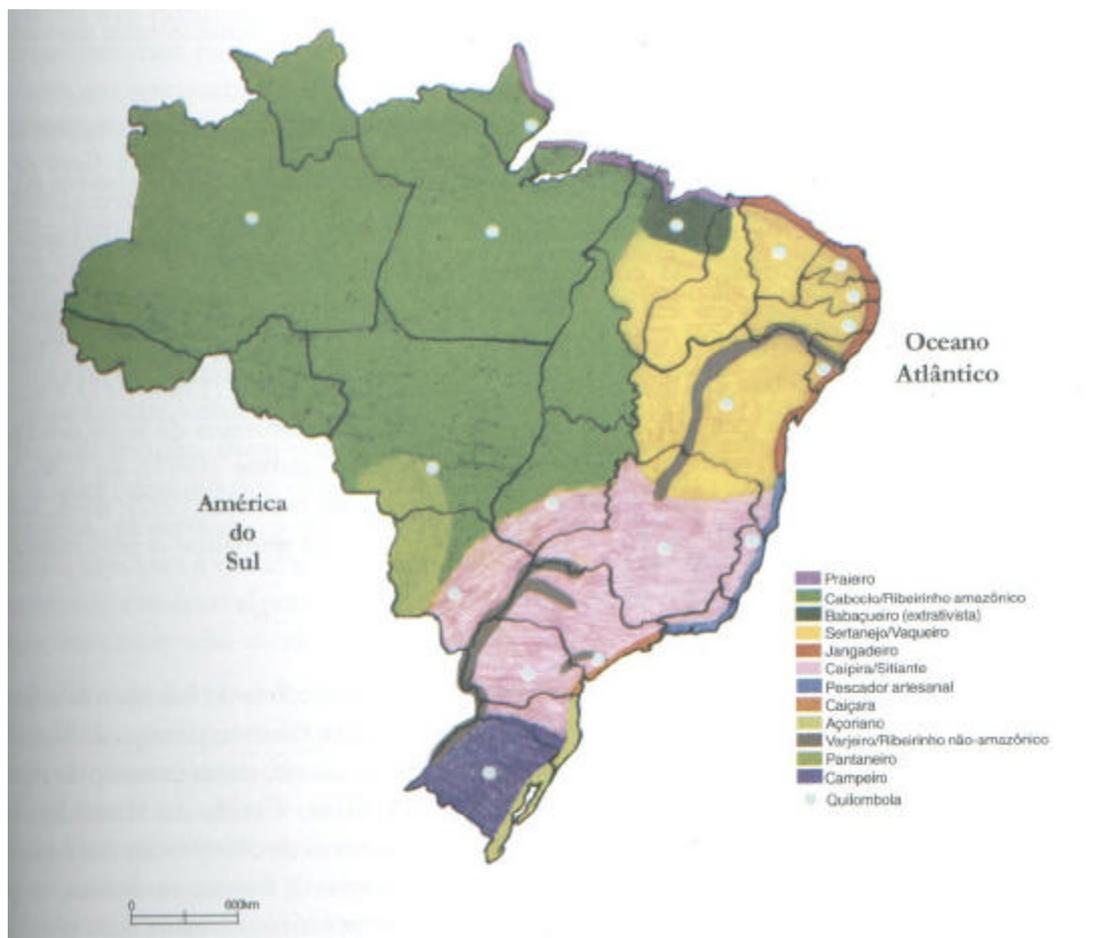
Embora não conceitue, de forma direta, o que são “populações tradicionais”, a referida lei cria a chamada “reserva de desenvolvimento sustentável”, definida como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SANTILLI, 2002), ou seja, o poder público admite uma relação estreita entre populações tradicionais, os recursos naturais e a manutenção dos mesmos.

Tamanha riqueza cultural envolve o Brasil e, para um melhor entendimento e organização histórico-cultural e social dessa riqueza, as populações tradicionais foram classificadas em dois grupos: os indígenas e

não-indígenas, que por sua vez englobam todas as etnias existentes ou que se teve registro em nosso território.

As populações tradicionais não-indígenas possuem uma história sócio-cultural diferente das populações tradicionais indígenas embora possuam características comuns, principalmente no que diz respeito ao conhecimento sobre a biodiversidade.

Na tentativa de elucidar e organizar teoricamente essas enormes variações culturais do nosso país, o Ministério do Meio Ambiente apoiou um projeto que descreve um pouco dessas populações a partir de suas principais características. Através da análise de diversos trabalhos científicos, as comunidades tradicionais não-indígenas brasileiras ficaram caracterizadas como: açorianos, babaqueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros(pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros e varjeiros (ribeirinhos não-amazônicos) e, que estão distribuídas de acordo com o mapa da figura 16 (DIEGUES & ARRUDA, 2001).



Fonte: DIEGUES & ARRUDA (2001)

Figura 16. Mapa da distribuição das populações tradicionais não-indígenas no território brasileiro.

Na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, encontram-se as populações tradicionais não indígenas denominadas como sertanejas e, de acordo com os autores acima citados, as populações sertanejas do Brasil se distribuem desde o norte de Minas até o Maranhão, conforme ilustra o mapa (Figura 16). De acordo com AB' SABER (1985), são muitos os fatos que respondem pela originalidade fisiográfica, ecológica e social dos sertões secos, região paradoxal em relação aos demais tipos de espaços geográficos do mundo subdesenvolvido. Mas não somente os sertões secos se enquadram nesse contexto, o sertão como um todo está inserido num espaço de interiorização que vai além das características climáticas, hídricas e fitogeográficas, embora esteja aí, a sua origem; a escassez hídrica, o excesso

de calor, as condições do solo e vegetação confinam um tipo particular de população com seus próprios costumes, o sertanejo.

Durante a pesquisa pôde-se identificar o modo de vida tradicional da grande maioria da população residente do parque. Exceto por alguns fazendeiros de maior porte e alguns proprietários advindos do sul, os moradores daquela região caracterizam-se tipicamente como sertanejos (Figuras 17 e 18), seja na vestimenta, composta por gibão, chapéu de couro, guarda-peito, perneiras, esporas, seja na alimentação; a comida típica é a carne seca com farinha, que ao ser socada no pilão com temperos se transforma em paçoca para ser levada na gibeira durante os diversos dias de viagem a cavalo; viagem costumeira para transporte de gado, para festas religiosas ou aquisição de mantimentos.



Figura 17. Típica família sertaneja da região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas em sua plantação de mandioca.



Figura 18. Casal sertanejo e utensílios utilizados no seu dia-a-dia

“(…) As pessoas daqui, não sei se pelo isolamento da região, pela distância geográfica, eu percebo que as pessoas aqui mantêm mesmo os costumes e tradições de séculos atrás até, digamos, coisas que eu acho que em outras regiões pelo próprio contato com cidades, civilizações em si mesmo, foi se perdendo. Aqui parece que isso ainda está, eu vejo que mantêm-se e os filhos sempre, você percebe, também buscam manter essas tradições dos pais, avós. Tenho certeza, não resta dúvida, que aqui ... isso, em comparação com outras regiões que eu conheço, a riqueza aqui é muito grande de folclore, das tradições”.

Representante do IBAMA na região, chefe do Parque.

Sua atividade principal é a lavoura de subsistência e a mandioca é a cultura mais plantada e utilizada na região. Antes e após a criação do parque se plantavam as mesmas culturas na região e agora no assentamento (arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar).

Cada família planta o suficiente para a sua manutenção durante aproximadamente um ano; as áreas de cultivo são pequenas, porque a mão-de-obra é familiar, não são utilizados agrotóxicos e/ou qualquer tipo de mecanização, ou seja, a produção é orgânica e de subsistência. No mês que antecede a colheita acontece a vigília; uma pessoa fica responsável por vigiar a plantação de arroz e milho o dia todo, para que as aves (principalmente psitacídeos) não comam toda a produção. Como são áreas pequenas de cultivo, pode haver perda total se não houver a vigília.

O responsável pela vigília não tem outras responsabilidades durante o dia, sua tarefa diária é impedir que as aves se aproximem da área cultivada. Nessa época⁷ é comum se ouvir muitos ruídos e vocalizações o dia todo.

Para aquisição de outras necessidades como roupas remédios, sapatos, etc, dispõe-se de alguma reserva de valor para troca, como o gado, o sobranço, ou ainda, segundo os entrevistados era muito comum o dono da casa sair por alguns dias e vender dias/horas de trabalho nas grandes fazendas da região. Não há o hábito de lidar com dinheiro ou compra e venda de mercadorias; há um sistema de trocas entre os moradores, o excedente de uma família é trocado pelo excedente de outra. Ou ainda costuma-se combinar entre famílias e vizinhos que cada um plante determinada cultura e todos se abastecem.

Percebe-se a satisfação em viver da terra e com o suficiente para se alimentar e sobreviver; o que é essencial para essas comunidades é a tranquilidade, a liberdade, a convivência com os familiares, vizinhos, compadres; em inúmeras ocasiões foi citado por diversos ex-moradores do parque como era tranquilo e bom de se viver naquele lugar:

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas possui um atrativo muito forte que é a cultura local. A riqueza cultural, a forma de vida peculiar dos seus moradores, a maneira como se lida com o ambiente na região atrai visitantes de várias regiões do País e até do mundo – vez por outra chegam à região estrangeiros advindos da Europa à procura das personagens da obra literária de João Guimarães Rosa, “Grande Sertão: veredas”, e freqüentemente saem com seus objetivos cumpridos – conforme relatam os moradores da região. As comunidades tradicionais do Grande Sertão Veredas são assim denominadas porque carregam consigo uma cultura diferenciada da cultura urbana e até mesmo de outras culturas rurais; características tais que podem ser evidenciadas através da sua dependência dos recursos naturais, da forma de

⁷ A vigília na região do Grande Sertão Veredas, ocorre normalmente entre os meados de março e abril.

manejar tais recursos, da linguagem própria, do laconismo⁸, do carrancismo de hábitos⁹

O carrancismo é por causa do tempo antigo das coisas...que hoje o povo é assim é civilizado muito né? Esse povo era sem civilização, de pouca leitura e, é carrancismo mesmo, era o tempo que ninguém ligava com nada. As coisa era tudo fácil, as coisa tudo não tinha dependência pra nada. Só dependência pra cidade, mas as outras coisa era fácil. Você tinha a terra aí, quem tinha terra morava, quem não tinha morava...

Morador do Parque *apud* CORREIA (1999).

e também do próprio modo de vida, sempre de subsistência e sem almejar grandes lucros e/ou empreendimentos.

A relação íntima com a natureza se traduz também na religiosidade que pode ser ilustrada nas falas dos moradores do parque:

“Eu sou devoto da natureza ... rezo muito, levanto cedo pra rezar e não aprendi nada que produjica ninguém...”

“Nós aqui na lei de Deus somo rico, não falta nada...somo rico... Não carece de nada, tem de tudo..”

Segundo RIBEIRO (1995), o sertanejo se apresenta como uma cultura especializada na criação de animais de pastoreio é marcada por encontrar-se dispersa no espaço e por possuírem características identificáveis no seu modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder, na vestimenta típica (perneiras, guarda-peito, gibão, etc.), nos folgedos estacionais, na visão de mundo, numa religiosidade propensa ao messianismo, na dieta e na culinária.

Possuem formas de cooperação que por vezes se transformam em festas religiosas como as vaquejadas (...). Desenvolvem atividades extrativistas, fazem roças de subsistência (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Durante a observação participante e entrevistas, essas características foram observadas com muita clareza.

⁸ Modo breve, conciso, resumido de falar.

⁹ Apego ao passado e suas tradições; na classificação êmica nativa o carrancismo é um período que se contrasta com os dias de hoje, se traduzindo num tempo de fartura, riquezas, liberdade e pouco contato com os centros urbanos.

O estudo evidenciou também que, a maioria das áreas ainda preservadas daquela região, encontra-se habitada por essas populações que dependem da conservação dos seus recursos para sua continuidade.

Se por um lado, a atual política ambiental impede que tais populações reproduzam e perpetuem seus costumes, seja através de uma legislação ambiental inflexível ou da criação de áreas protegidas em seu território que não permitem a utilização direta dos recursos naturais, por outro lado, as frentes de expansão agrícola altamente mecanizadas vêm chegando cada vez mais perto com seu modelo predatório de ocupação também ameaçando a perpetuidade das populações tradicionais.

Contudo, mesmo que seus costumes, saberes e ofícios estejam sendo ameaçados, pôde-se observar naquela região o interesse na manutenção da identidade cultural; seja através de encontros, festas religiosas ou reuniões.

A comunidade tem se articulado e contado com o apoio de diversos segmentos da sociedade para valorizar as manifestações da cultura tradicional da região.

Além disso, emerge também nesse panorama, a necessidade de se conservar não somente a cultura, mas também os recursos naturais através da sua utilização de modo sustentável.

5.3.1 – As Festas Tradicionais

Na região do Grande Sertão Veredas ocorrem diversas manifestações culturais todos os anos como por exemplo, as Folias de Reis e do Divino, os festejos de São João, São Pedro e a Romaria de Santo Antônio.

A partir do ano de 2002, vem acontecendo no município de Chapada Gaúcha o "Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas" um encontro que é aberto a todas as comunidades da região para a apresentação de seus costumes, ou até mesmo dos costumes dos seus antepassados, proporcionando à comunidade troca de experiência, intercâmbio cultural, o que propicia um espaço de culminância de diversas manifestações culturais (Figuras 19 e 20). Com uma intensa programação cultural durante quatro dias

do mês de abril o município é tomado por inúmeros turistas de todo o Brasil que juntamente com comunidade da região norte-noroeste de Minas Gerais assistem e participam de diversas apresentações folclóricas, tradicionais da região. Dentre elas a folia de Reis, do Divino, danças como a curraleira, a sussa, catira, manzuá, caninha verde, dança de São Gonçalo, do carneiro, além de mostras de artesanato e comida típica da região e outras apresentações que a cada ano vêm surgindo e enriquecendo o evento.

Simultaneamente à programação cultural ocorre uma programação ambiental que se preocupa em mostrar os recursos naturais da região, discutindo formas de valorização e proteção destes recursos, bem como a sua utilização de forma sustentada, acontecem visitas às UC's de Conservação do município, páineis de apresentação das riquezas naturais da região, além de discussões através de debates e mesas redondas, este encontro tem se reafirmado como um importante espaço de articulação, resgate e manutenção de valores locais.



Figura 19. Apresentação da dança de São Gonçalo durante o IV Encontro dos povos do Grande Sertão Veredas, em abril de 2005.



Figura 20. Comunidade tradicional apresentando uma brincadeira típica, o Manzuá no IV Encontro dos povos do Grande Sertão Veredas, em abril de 2005.

5.3.1.1 As Folias

A Folia de Reis e a Folia do Divino são as funções mais difundidas da região noroeste de Minas. Esses acontecimentos reúnem grande número de pessoas e cumprem importante papel social. Nelas, diversas manifestações culturais se agregam, são terços, rezas cantadas, brincadeiras e danças.

A Folia do Divino acontece na época do pentecostes, representa a descida do Espírito Santo de Deus sobre os apóstolos, ela acontece após a ressurreição e ascensão de Jesus (50 dias após o domingo de páscoa). As folias têm um fundamento bíblico e segundo os mais antigos, elas acontecem desde aqueles tempos.

A partir do fim do mês de dezembro até o início de janeiro acontece a festa religiosa denominada Folia de Reis, é uma festa tradicional - os foliões vão, geralmente a cavalo, rezando de casa em casa – uma representação da viagem e visita dos três reis magos ao menino Jesus, este percurso é denominado giro da folia. Durante o giro da folia os foliões são recebidos com muita cerimônia para a oração e depois com festa, dança e muita animação, a partir de cada casa os participantes vão aumentando, até chegarem ao destino

no dia de Reis (06 de janeiro); nesse acontecimento, famílias se encontram, problemas são resolvidos, catiras¹⁰ são feitas, territórios são reafirmados.

Nas folias há dois momentos: o da devoção e da festa, com danças, cantigas e brincadeiras. No dizer dos foliões “depois da obrigação a diversão” (MACHI *et al.*, 2002).

Quando ocorre a entrega da folia, ou seja, chega ao seu final, começa a diversão, com danças, brincadeiras como a catira, a curraleira e o lundú.

A curraleira é a dança mais difundida entres as comunidades do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; é uma dança complexa, cantada e tocada com os temas dos versos tirados de acontecimentos marcantes entre os foliões e a comunidade.

A criação do Parque e a chegada do “IBAMA” na região não poderia ser deixada de fora e também ganhou versos e músicas nas folias, como conta um ex-morador do Parque e guia de folia:

Adeus Mato Grande
Até logo Minas Gerais
O dia que eu for embora
Por aqui não volto mais

Esse Parque do governo
Ninguém sabe o quê que faz
Vou-me embora pra Formoso
Que é divisa de Goiás

Esse Parque do governo
Ninguém sabe o quê que faz
Esse povo do IBAMA
Aperreia a gente demais

¹⁰ A catira constitui-se numa forma de comércio, a troca. Essa atividade é realizada desde os tempos mais antigos, onde o catireiro sempre tenta levar vantagem com o seu produto, podendo negociar durante horas e até dias. Qualquer coisa pode ser produto para catira; não há envolvimento de dinheiro. A catira também é uma dança tradicional da região. Durante as folias ocorrem os dois tipos de catira.

Cachoeira do Rio Claro
No Urucuaia derramô
Eu quero perguntá
Por onde anda meu amor
Tá com um mês e quinze dias
Ela foi e não voltô
Mandei uma carta pra ela
Nem resposta não mandô

Eu vendi minha fazendinha
Chapadinha era minha fama
Pra livrá da tentação
Desse povo do IBAMA

Os de fora pega os bicho
E os de dentro leva a fama
Eles são um povo atentado
Igual a finfim¹¹ na cama

Todavia, o fato de ocorrer incorporações das novas situações vivenciadas pelas comunidades nas letras das músicas não significa que elas estejam perdendo suas características originais ou deixando de ser “tradicionais”. Tal fato retrata a adaptação das comunidades a uma dimensão sócio-ambiental diferente, podendo tornar-se bastante útil para o desenvolvimento de potencialidades que se ajustem aos novos preceitos apresentados por essa nova realidade.

A auto-identificação com a imagem do sertanejo de Guimarães Rosa pode estar associada a um marketing, porém, quem senão a própria comunidade que vive na região e se considera como tal poderia explorar os benefícios dessa imagem?

¹¹ Segundo o autor da música, finfim é um percevejo que atenta, que morde de noite na cama e ataca o coração.

A legitimidade da identidade e do comportamento dessas comunidades está além do comportamento que se considera na ciência. Ela faz parte do dia-a-dia da comunidade quer ela esteja isolada socialmente, quer ela esteja interagindo com novas dimensões sociais.

5.3.1.2 A Romaria de Santo Antônio e a Festa da Serra das Araras

De caráter primordialmente religioso (Figura 21) a *Festa da Serra* traz para o distrito de Serra das Araras, município de Chapada Gaúcha, todos os anos, mais de 10 mil pessoas durante os cinco dias de festa. São procissões, casamentos, escaladas na Serra para pagar promessa (lá no alto da Serra há uma pequena capela devotada a Santo Antônio), batizados, missas festivas, shows, barracas, comércio e exposições. Esta festa mobiliza a população de toda a região e entorno, para uma semana de acontecimentos, entre os quais estão os Romeiros que vêm de diversas partes do País para agradecer a Santo Antônio as graças alcançadas.



Figura 21. Procissão das velas durante a festa.

A festa acontece no mês de junho próximo ao dia 13, quando é o dia do Santo padroeiro do distrito. Durante os dias de festa ocorre o sistema de trocas entre a comunidade e os barraqueiros que vem de longe para abastecê-la de toda sorte de utensílios úteis e supérfluos.

É possível que se pense que o tradicionalismo da festa da Serra tenha acabado; as barracas de palha de buriti outrora utilizadas foram substituídas por lonas plásticas; as comidas e bebidas típicas deram lugar à cerveja, refrigerante e cachorro quente; o mundo dos descartáveis, dos eletroeletrônicos encanta aquela população que aguarda ansiosa todos os anos para conhecer as novidades do mundo *lá fora*.

Seria a inserção de novas tecnologias um processo de aculturação? Ou de transformação de cultura?

Apesar das transformações na estrutura da festa e da adaptação da comunidade a estas transformações, não há evidências de perda de cultura ou de tradição. Pois, este tradicionalismo torna-se evidente nas folias e nas demonstrações de fé nos momentos religiosos da *Festa da Serra*.

Uma romaria de grande porte como é a de Santo Antônio, provoca uma sobreexploração da área, excedendo a capacidade de carga da microrregião ocupada pelos participantes da festa, causando um momento de desequilíbrio ambiental que, obviamente, tem trazido, ao longo dos anos, danos ao meio físico-natural, principalmente no que diz respeito a resíduos sólidos, que ficam ano após ano estocados nas margens das estradas próximas ao distrito.

Embora essa festa alcance a comunidade do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, não há uma relação cotidiana entre as comunidades do parque e do distrito de Serra das Araras que ficam separados por uma distância média de 100 km.

5.4 Os Impactos da Criação do Parque e Retirada das Populações

5.4.1 A Questão Fundiária

A maioria das unidades de conservação do Brasil possui um histórico triste de desapropriação. De acordo com a legislação, as UC's de Conservação classificadas como UC's de Proteção Integral (exceto Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) não admitem, em seu interior, população residente. São UC's de proteção integral: as Estações Ecológicas, as Reservas

Biológicas, os Monumentos Naturais, os Refúgios de Vida Silvestre e os Parques Nacionais.

É o que MACKAY & ACHESON (1987) *apud* DIEGUES & NOGARA (1999); DIEGUES & MOREIRA (2001) chamaram de “tragédia dos comunitários” que são expulsos de seus territórios pela expansão das grandes corporações, pela implantação de grandes projetos (usinas hidrelétricas, de mineração) e pelo estabelecimento de “espaços públicos” (áreas naturais protegidas ou unidades de conservação).

Durante o levantamento sócio-econômico realizado no parque (FUNATURA, 1998) uma das questões propostas foi relacionada ao interesse dos moradores do parque em serem reassentados pelo poder público após sua retirada da área. Todavia, após o início do processo de regularização fundiária, apenas 54,23% das 59 famílias que responderam afirmativamente, se dispuseram e se estabeleceram, de fato, no Assentamento Rural São Francisco (Quadro 8).

QUADRO 8. Situação atual dos atingidos pelo parque*

Localização	% Famílias
Assentamento Rural São Francisco	35,55
Parque	11,10
Entorno do Parque – Zona rural	16,70
Cidade	23,40
Outro **	13,25

* Considerando-se o decreto inicial de 84.000,00 ha com 90 famílias residentes

** Corresponde a pessoas que saíram da região ou faleceram

Fonte: Pesquisa de campo: 2005

A desistência de aproximadamente 50% das famílias que aceitariam ser reassentadas pode ter se dado devido ao fato de que a questão do reassentamento foi resolvida através do programa de reforma agrária, o qual teria sido proposto como solução para as populações residentes do parque pelo então Ministério Extraordinário de Política Fundiária e INCRA em negociação com o IBAMA e a FUNATURA, ou seja, a população residente do Parque Nacional Grande Sertão Veredas não teria nenhuma diferenciação das

outras populações que reivindicam o direito de trabalhar a terra e possuir sua propriedade rural.

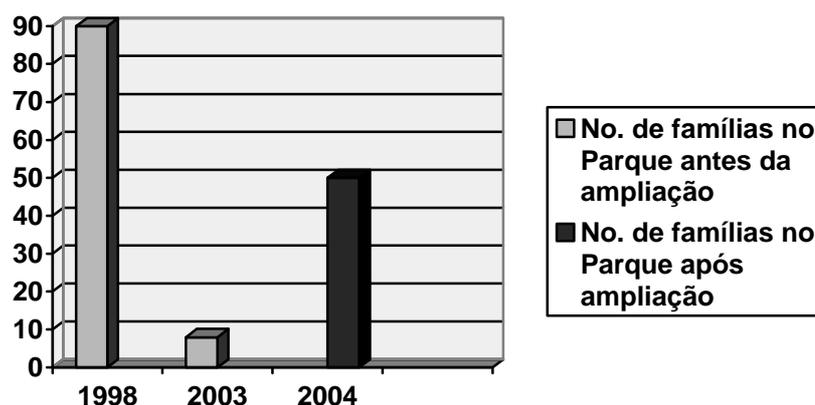
Haveria a possibilidade de reassentamento nos moldes do programa de reforma agrária do INCRA, com os mesmos critérios, instrumentos, direitos e deveres de todos os assentamentos rurais do país, como o está ocorrendo de fato.

Todavia, o assentamento por si só não resolve a questão fundiária do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e está longe de se tornar uma solução para a realocação de populações residentes em unidades de conservação de proteção integral. O que ocorreu foi apenas a transferência de responsabilidades entre órgãos do governo federal. Ou seja, o IBAMA incapaz de conduzir uma política fundiária que analise e contemple as distintas situações das populações humanas residentes em suas UC's, repassa o problema para o INCRA que trata tais populações com os mesmos instrumentos da política de reforma agrária utilizados em todo o território nacional. Portanto, da mesma forma que o IBAMA; sem considerar as peculiaridades de um país tão diverso cultural e etnicamente.

Além de não possuir uma política eficiente de regularização fundiária, outra questão quanto aos procedimentos do IBAMA em relação às suas áreas protegidas chama a atenção: trata-se do aumento da área total do espaço natural "protegido" através da ampliação das unidades de conservação existentes.

O processo de ampliação, na maioria das vezes, somente alcança as comunidades residentes após sua conclusão, quando as mesmas se surpreendem com a notícia de que sua propriedade foi considerada relevante para a conservação dos recursos naturais e, portanto, deverá ser desocupada a fim de servir ao interesse social comum.

Embora já estivesse vigente a atual legislação, que prevê consulta pública para ampliação de unidades de conservação (Brasil, 2002), o espaço de discussão do processo de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão veredas não alcançou seus moradores e, portanto, também ocorreu à revelia daqueles que foram diretamente atingidos pelo seu resultado.



Fonte: Pesquisa de campo – 2004;2005.

Figura 22. Situação fundiária do parque antes e após sua ampliação.

Sem dúvida, uma consequência deste fato está ilustrada na figura 22, que mostra que em 1998 havia 90 famílias residentes dentro da área do parque. Área esta que correspondia até então a 84.000,00 hectares; com a indenização das benfeitorias dos posseiros e a regularização de outras situações como término de concessões e saída de alguns proprietários a espera de indenização; em 2003 restaram dentro da UC, 08 famílias.

Porém, no ano de 2004, com a ampliação de sua área, o parque passou a ter em seu interior aproximadamente 50 famílias, inclusive uma família de posseiros que havia sido indenizada, se estabeleceu no entorno da UC e foi atingida pelos novos limites do decreto de ampliação.

De acordo com relatos dos funcionários do IBAMA e da FUNATURA que trabalham na região, foi necessária uma intervenção dos mesmos para adequação dos limites de ampliação. Caso contrário, os moradores que haviam sido retirados do parque e que foram para o assentamento rural também estariam novamente dentro dos limites da UC.

E ainda, antes que a situação fundiária da área inicial do parque fosse resolvida ocorreu a ampliação e, atualmente, dos 231.000,00 hectares totais do parque, 17.000,00 encontram-se regularizados, correspondendo a apenas 7,5% da sua área total e que estão dentro dos 84.000,00 hectares da área inicial.

5.4.2 O Reassentamento

O processo de criação do Assentamento Rural São Francisco teve início com a discussão entre IBAMA, FUNATURA, INCRA e o Ministério extraordinário de Política fundiária sobre qual seria a solução para a retirada das populações do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, visto que havia 90 famílias em seu interior e a categoria de manejo Parque não permite populações residindo em seu interior conforme está descrito no artigo 11, parágrafo 1º da Lei Federal No. 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de UC's de Conservação: O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares em seus limites serão desapropriadas(...)" (BRASIL, 2002).

Esta discussão ocorreu no ano de 1998, quando ficou decidido que a questão seria resolvida através da política de reforma agrária do INCRA. A partir daí, entre os anos de 1999 e 2001 ocorreram os seguintes procedimentos: a escolha e vistoria da(s) fazenda(s) a ser(em) desapropriada(s); a análise da documentação exigida pelo INCRA; envio de correspondência do INCRA à comunidade do parque para manifestação sobre a concordância com a desapropriação; a declaração de duas fazendas no município de Formoso-MG como sendo de interesse social para fins de reforma agrária; cadastramento dos interessados e imissão de posse das Fazendas em nome do INCRA.

Estes procedimentos provocaram a reação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Formoso que deliberou pela ocupação das fazendas por seus filiados, gerando um conflito com a comunidade do parque, que não era filiada ao Sindicato.

Após mobilizações e discussões entre representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, a comunidade do parque, IBAMA, FUNATURA, Prefeitura e a FETAEMG, a comunidade do parque decidiu também, assim como os filiados do Sindicato, pela ocupação das fazendas. Em novembro de 2001, o IBAMA indenizou os posseiros. Os bens cotados na

avaliação foram benfeitorias realizadas na área como: casas, currais e cercas (Figuras 23, 24 e 25), visto que o posseiro não tem direito ao valor da terra nua. As benfeitorias não foram consideradas com alto valor econômico e as indenizações tiveram uma variação entre R\$ 600,00 (seiscentos reais) e R\$ 7000,00 (sete mil reais).



Figura 23 Portão artesanal numa fazenda dentro do Parque.



Figura 24 Quintal da fazenda com a cobertura para o carro de boi.



Figura 25 . Curral de uma fazenda no interior do Parque.

Após a indenização, os posseiros, que totalizavam cerca de 43% dos moradores, se retiraram do parque. Este processo ocorreu durante o ano de 2002, juntamente com a retirada de outros moradores que não possuíam título

de propriedade. Foi então que o assentamento começou a ser efetivamente ocupado pelos moradores do parque que fizeram a opção pelo INCRA.

Atualmente não existem mais posseiros dentro do parque, todos os moradores que ainda estão dentro da UC são pequenos proprietários, aqueles posseiros que não foram para o assentamento se retiraram para outras terras, alguns foram para a cidade, mas a maioria foi procurar outra terra para cultivar, mesmo que hoje em dia seja difícil achar terra sem dono ou com proprietário que ceda a posse, como explica um dos moradores.

Em março de 2002 ocorreu a criação da Associação Rural Sertão Veredas (ARSEV), instrumento jurídico legítimo de representação da comunidade assentada. A ARSEV e o Sindicato Rural dos Trabalhadores de Formoso chegaram a um acordo no qual, foram disponibilizados 10 dos 90 lotes existentes no assentamento, para famílias indicadas pelo sindicato, porém com condição de que cada escolha teria que ser avaliada pela comunidade do parque através da ARSEV.

No final do ano de 2003 ocorreu a assinatura dos contratos entre os assentados e o INCRA, criando-se então o Assentamento Rural São Francisco. Localizado no município de Formoso-MG, no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O assentamento possui 6.400,00 hectares e fica, em média, a 40km de distância da sede do município.

Após assinatura dos contratos todas as famílias assentadas tiveram acesso aos créditos habitação e fomento, que foram disponibilizados nos supermercados e casas de material de construção para a compra de cestas básicas e construção das moradias. Quanto ao PRONAF, um programa que apóia a agricultura familiar e incentiva o aumento da produção agropecuária, a liberação está ocorrendo em etapas e alguns assentados optaram por não contrair essa dívida, já vislumbrando a dificuldade de pagamento ao término da carência. O PRONAF exige que cada contemplado pelo financiamento possua uma conta corrente em banco como titular, diferentemente dos créditos de fomento, nos quais o assentado retira o benefício diretamente na casa comercial que foi contratada pelo INCRA (Quadro 9).

Foi então, após a assinatura dos contratos e liberação dos primeiros créditos, que se iniciou o processo de construção das habitações dos assentamentos e preparação dos terrenos para plantio. Tanto a construção das casas, quanto a preparação dos terrenos ocorreu através de mutirões.

QUADRO 9. Créditos disponibilizados aos assentados e dívidas contraídas por família.

CRÉDITO	FINALIDADE	VALOR R\$ (real)	CARÊNCIA (anos)	Valor anual a pagar (R\$)	Tempo para quitação da dívida (anos)
Habitação	Contrato de habilitação do lote	17.000,00	03 a 05	700,00	20
Fomento	Cesta básica (alimentação)	500,00	03 a 05		
Fomento	Ferramentas	1000,00	03 a 05		
Fomento	Material de construção	3000,00	03 a 05		
PRONAF	Compra de gado	6000,00 a 7000,00	03	700,00	10
PRONAF	Assistência técnica	1500,00	03		
PRONAF	Cerca/pasto/beneficiamento do lote	6500,00 a 7500,00	03		
TOTAL DA DÍVIDA		36500,00	3 a 5 anos	1400,00	

Fonte: Pesquisa de campo - 2005

De acordo com entrevistados que foram reassentados, no assentamento rural há a satisfação por poderem trabalhar a terra novamente, de estar novamente na companhia de vizinhos, familiares e compadres. Contudo, existe

agora uma preocupação com o INCRA e os projetos de apoio financeiro do governo. Os incentivos financeiros recebidos (Quadro 9) possuem uma carência para pagamento dos benefícios, e o fato dessas populações somente agricultarem para sobrevivência implica uma questão séria de endividamento sem previsão para solução. O fato de as comunidades não estarem habituadas a lidar com dinheiro ou com empreendimentos visando lucro é de fato preocupante, pois o governo não possui nenhuma política que contemple as populações tradicionais não-indígenas, nesse caso os sertanejos, e o assentamento rural foi constituído nos moldes tradicionais do Instituto (INCRA), ou seja, não está previsto nenhum direito adquirido sobre as terras por essas populações; nem mesmo de uso ou manejo, como é o caso, por exemplo, das populações indígenas.

Além dos indígenas, pode-se citar também os quilombolas, que através de muito esforço, luta e mobilizações políticas, vêm conseguindo exigir que o governo federal cumpra efetivamente a regulamentação do artigo 68 da Constituição da República Federativa do Brasil do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que promulga: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Nesse caso, não apenas é reconhecido o direito de uso com posse permanente, como acontece com as populações indígenas; mas, os remanescentes de quilombos têm o direito ao título de propriedade definitiva das terras.

Com efeito, a pluriétnica brasileira reconhecida pela Constituição de 1988 tem provocado um deslocamento no próprio conceito de populações tradicionais que segundo ALMEIDA (2005), foi afastado das referências do quadro natural e tem sido utilizado também, para designar agentes sociais com existência coletiva, incorporando o conceito de sujeitos sociais que são inseridos no contexto dos movimentos reivindicatórios.

Portanto, de qualquer forma, o sertanejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas pode ser considerado como população tradicional e merece

que sua situação fundiária seja analisada de forma diferenciada com atenção especial à questão financeira.

5.4.2.1 INFRA-ESTRUTURA

O Assentamento Rural São Francisco é composto por duas fazendas, uma com 2.200,00 hectares e outra com 4.200,00 hectares. Cada fazenda possui uma sede e uma fábrica de farinha comunitária, que foi construída através de recursos do plano de desenvolvimento sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Atualmente encontram-se ocupados 83 lotes por famílias oriundas do parque e outras selecionadas pela ARSEV. Os lotes variam de 25 a 40 hectares.

De acordo com entrevistados a assistência técnica proveniente do INCRA só aconteceu durante o ano de 2004, na fase inicial de implantação do assentamento. Os assentados contam com a assistência de técnicos contratados pela FUNATURA através do plano de desenvolvimento sustentável do entorno do parque.

5.4.2.2 TRANSPORTE, ÁGUA, ENERGIA E RESÍDUOS

O Transporte coletivo público atende às crianças em idade escolar transportando-as do assentamento até a sede do município de Formoso e da sede do município de Formoso até o assentamento durante a semana nos horários escolares.

Há transporte particular regular para os municípios de Formoso e Chapada Gaúcha e a estrada passa no entorno do assentamento. Diversos moradores do assentamento citaram que a única coisa que realmente teria valido a pena na saída do parque é o fato de que agora seus filhos podem estudar com mais facilidade devido à melhoria nas vias de acesso e transporte.

“Naquela época era difícil porque tudo era da roça, a gente cuidava da roça com mais dependência; o transporte pra nós era com mais dependência; nós saía daí donde nós morava até lá em Januária, eu acho que era mais de 80 quilômetros. Nós ia deapé, botava a carga no cavalo, ...não, a cidade vizinha era só ... tinha Januária, tinha São Romão, tinha São Francisco, Pirapora ... tinha só transporte de burro, naquele tempo num tinha caminhão, não tinha nada, nós só

andava com carro de boi, só com carro de boi e só... Com o carro de boi nós saía aí pra Januária, tinha vêis que nós gastasse era vinte e um dia, vinte e quatro, ôtra hora vinte dia, menos de vinte dia era alguém que ia. No carro de boi, viajando quase dia e noite, de ... nós fazia de apé ... e o arroiz, nós socava o arroiz e tinha que limpá, num podia levá ele com casca não, tinha que limpá, socava ele nu pilão, pra ensacá carregá o cavalo, aí nós, era pôco animal, era só um cavalo só, ... pra comprá um café, comprá uma açúcar, nesse tempo num tinha açúcar não, nós vivia era com rapadura. Era rapadura, era cana, essas coisa que a gente tinha... aí nós saía com “cargueirim” ia lá pra comprá o pão, comprá o remédio, o café, era tudo... aí dipois com a continuação do tempo, com o ... que foi criando aqui e acolá, foi teno cidade mais perto, né? Como... premero lá per de nós, aí dipois cunhici ... cunnhici só umas casinha, ... fui cunhicê ... agora. Num sei cumé que foi cumeçado lá não. Mas foi ..., ... tudo é cunhicido. Chapada, Chapada é Num tinha Brasília, num tinha nada naquele tempo ... também i dipois que a coisa miorô. Dipois de Brasília qui as coisa miorô tudo. Porque na hora que construiu Brasília, mudou a capital federal pra Brasília, aí então foi criando estrada, transporte i as coisa foi voluíno mais pra nós. Com a chegada de... se num tem Brasília, se as coisa tudo que foi discuberto aí ó, si num é Brasília cumé queles discobria, num tem estrada, de avião ês num ia desce, num sabe ... deretio ... depois de Brasília, Juscelino Kubicheco construiu Brasília, Antonio Montalvana, que foi o prefeito Montalvana, fez a estrada, cê pode perguntá todo mundo, fez a estrada de Montalvana no ... no braço de homi, num tinha máquina nenhuma, foi nu machado e na foice”.

Ex-morador do Parque a respeito das dificuldades de transporte no início da comunidade, segundo ele, na década de 40.

O assentamento não possui sistema de público de energia e abastecimento de água. A água da maioria das propriedades é proveniente de reservatórios subterrâneos de água potável (cisternas) e a luz de lamparina.

Não há saneamento básico e os resíduos sólidos são depositados em fossas abertas no quintal próximas às casas.

5.4.2.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO

O assentamento não possui nenhum posto de saúde ou programa de atendimento às famílias. O posto de saúde mais próximo fica numa distância mínima de 40km, na sede do município de Formoso, onde são realizados os atendimentos de urgência e os encaminhamentos para centros maiores.

No assentamento a utilização de medicina caseira restringe-se ao uso de chás, mas que segundo entrevistados não se encontram em abundância no ambiente como havia no parque.

O acesso à escola é facilitado pelo transporte público até a cidade de Formoso que possui do ensino regular básico ao superior. Além disso, a prefeitura mantém dentro do assentamento, funcionando na sede da fazenda São Francisco, uma turma multisseriada e uma turma de alfabetização de adultos. Os professores dessas turmas são contratados pela prefeitura e pertencem ao assentamento.

5.4.2.4 HABITAÇÃO E ATIVIDADES SOCIAIS

Durante os dois primeiros anos os assentados improvisaram pequenas casas de palha que serviam de moradia (Figura 26).

Após a assinatura dos contratos, loteamento e liberação de créditos, aos poucos, estão sendo construídas pequenas habitações em tijolo, com telha de barro e portas de madeira ou de metal (Figura 27).

Não há igrejas no assentamento e o culto ou missas acontecem esporadicamente em locais improvisados, podendo ocorrer no meio ou nos finais de semana. No Parque cerca de 96 % das famílias eram católicas (FUNATURA, 1998), mas no assentamento ocorre pelo menos 20% de outros credos que não o catolicismo.

Não foram apontadas atividades de lazer no assentamento a não ser as reuniões da associação ARSEV que vez por outra é encerrada com um momento de confraternização.



Figura 26. Habitação provisória no assentamento



Figura 27. Habitação permanente no assentamento

De acordo com os consultores culturais é a associação ARSEV responsável por representar os assentados perante os diversos segmentos da sociedade e o sindicato rural dos trabalhadores de Formoso apenas acompanha as atividades da associação, sem um maior envolvimento.

5.4.3 Análise comparativa entre o Parque e o Assentamento

Durante as entrevistas e a observação participante foram apontados em diversas ocasiões problemas sociais e ambientais existentes no parque e no assentamento (Quadro 10). Mesmo que muito do que se tenha dito ou calado não esteja explícito nos resultados da pesquisa, certamente foi de grande importância para que se chegasse aos resultados alcançados.

QUADRO 10. Problemas sociais e ambientais apontados pelos entrevistados.

Parque	Assentamento
<ul style="list-style-type: none"> • IBAMA • TRANSPORTE 	<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA • SOLO • SINDICATO • CONVÍVIO SOCIAL • CATEGORIA SOCIAL • ENDIVIDAMENTO COM O INCRA

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

Como se pode notar no quadro 10, no parque o problema, que para muitos, impossibilita o contato com o meio externo é a falta de vias de acesso às comunidades vizinhas. A falta de estradas e de transporte teria sido em partes sanada com a criação do parque, pois, a partir daí, o IBAMA emvidou esforços para a construção e melhoria das vias de acesso existentes dentro da UC.

Entretanto, a instituição do parque através do IBAMA é vista como um problema que, entre outros, inviabilizou as áreas produtivas e promoveu a desestabilização de uma população humana, expulsando comunidades de suas áreas, conforme ilustra a fala de uma posseira indenizada que optou por ir morar no entorno do parque, mas fora do assentamento:

“O IBAMA correu cum nós né... lá era bom, tinha água, rego na porta, tomava banho, lavava prato, até hoje eu lembro e choro.... deixei uma chacrona lá, tudo plantado....môô !!! Má lá é que era bom.... Cá agora donde nós tamo morano é pura pedra...é serra.... se for por mim , num banha nem lava prato”.

Entretanto, no assentamento os problemas apontados são de outra natureza conforme também apresenta o quadro 10. O solo pobre em nutrientes e a escassez de recursos hídricos são vistos como os principais problemas ambientais, que segundo os entrevistados, tendem a dificultar a produção e o próprio cotidiano no assentamento. Hoje há a necessidade de se adquirir insumos para enriquecer o solo, o que não acontecia dentro do Parque. A

distância para captação de água também dificulta e até muitas vezes, impede a execução das atividades cotidianas.

“Se não existisse o parque eu nunca tinha saído de lá lugá de muita água, muito bom. O que falta mesmo é o ibama pagá nós.”

Moradora do assentamento (pequena proprietária no parque não indenizada)

“Lá eu tinha um rego na porta, era a melhor coisa... aqui eu vivo preso, esperando o INCRA coloca água que nunca colocô e nós só com o nariz pra cima.”

Morador do assentamento, ex-possesiro no parque.

Os outros problemas apontados são de ordem social e envolvem as relações entre a comunidade do parque e a sua nova posição de assentados.

A mudança das categorias sociais de possesiro, vaqueiro ou empregado de fazenda para assentado por vezes foi levantada de forma pejorativa indicando que na dimensão social da comunidade a categoria assentado encontra-se abaixo na escala de valores das categorias.

O sindicato de trabalhadores rurais de Formoso foi apontado como um problema; segundo entrevistados o comportamento dos seus representantes e filiados é agressivo e impositivo e, embora, eles não estejam participando efetivamente das decisões da coletividade, suas atitudes tendem a atrapalhar mais que ajudar o desenvolvimento do assentamento.

O endividamento com o INCRA também foi levantado como uma questão preocupante, os entrevistados acham injusta a política de reassentamento, pois, não se consideram capazes de saldar a dívida contraída em nenhum momento de sua vida. A questão é discutida com freqüência entre os assentados que não conseguem vislumbrar uma solução a partir de sua produção, que ao seu ver nunca atingirá lucros necessários para a quitação da dívida.

Além dos problemas acima citados, as relações de convivência no assentamento foram também apontadas como problemáticas. Segundo alguns entrevistados, estão ocorrendo disputas por poder, por liderança que não existiam na comunidade enquanto ela se encontrava dentro do parque.

Tal fato pode estar associado a novas instituições e instrumentos políticos presentes no assentamento, como, por exemplo, o plano de desenvolvimento sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que está sendo executado pela FUNATURA e possui ações que contemplam o assentamento. O modo como tais ações estão sendo executadas tem gerado conflitos internos a partir do momento em que uma minoria tem sido privilegiada em detrimento da coletividade, que se sente excluída dos benefícios do plano. Outro exemplo é o sindicato dos trabalhadores rurais de Formoso presente, mesmo que indiretamente, através de poucos assentados filiados. Sua articulação e mobilização a favor dos interesses de seus filiados gera um desconforto entre os moradores do Parque que se encontram no assentamento.

5.4.4 O Parque como um lugar Antropológico

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas, antes de se constituir como tal, apresenta-se como um lugar de histórias, de sonhos, de fantasias, de experiências, de identidades e relações que vão além da materialidade do território. Uma realidade que para JACINTO (1998) representa a expressão espacial de identidade, relação e história e motiva a idéia do parque como um lugar antropológico. Além de suas belezas naturais inigualáveis, das exuberantes veredas e sua riqueza em espécies se destacando e com grande valor para a conservação da biodiversidade, o parque também é um lugar de histórias, de vidas, de pessoas que o praticam.

As unidades de conservação brasileiras possuem uma conformação bem diferente do *Paraíso Terrestre*, das ilhas, refúgios de contemplação onde a mente humana pode proteger-se da devastação da sociedade urbano-industrial de Thoreau¹².

De acordo com DIEGUES (2000b)), grande parte de nossas áreas naturais ainda não se encontram devastadas pela invasão capitalista porque, em sua maioria, são áreas habitadas por tipos de sociedades que se

¹² Henry David Thoreau, um dos fundadores do movimento ambientalista moderno; preservacionista, defende áreas naturais protegidas como espaços intocáveis pelo homem.

diferenciam das industrializadas - as populações tradicionais, que ainda não foram inseridas no modelo de desenvolvimento consumista e que visa apenas lucro, e que organizam considerável parte de sua produção em torno da auto-subsistência. Para ele, a relação dessas comunidades com o seu meio físico-natural chega a um nível tão alto de interação que, o uso dos recursos naturais por tais populações só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural diferente da que se conhece na sociedade capitalista.

Entretanto, para os preservacionistas não há espaço para essa interação e o homem deve ser dissociado dessas áreas naturais com alta relevância para manutenção da diversidade biológica.

No Parque Nacional Grande Sertão Veredas não foi diferente, a identidade cultural das comunidades não foi levada em consideração em qualquer momento da criação do parque. Isso foi evidenciado muito claramente a partir dos relatos dos moradores mais antigos a respeito da criação do parque:

“O que ficô cunversado sabe o que foi? “Cumeçô o Parque”. Aí foi cumeçado assim. Então, prumero, prumero, muito prumero, o exército fazeno um levantamento nos morro, né.Aí ês fôro andano, andano, andano aí, fazeno levantamento em tudo quanto é lugá alto e ninguém sabia o que era e ês foro embora.”

Ex-morador da UC

De acordo com o morador, antes da criação, por volta de 1988, técnicos fizeram levantamento dos pontos das áreas do futuro parque sem qualquer consulta ou aviso, passaram dentro das terras sem pedir licença e mais tarde vieram confirmar os limites com os moradores.

Após a criação da UC, em 1989, começaram os trabalhos dos órgãos responsáveis por sua gestão e ainda assim ninguém tinha conhecimento do que estava acontecendo:

“Aí dipois, com mais tempo, com mais tempo, aí chegô, aquela Maria Tereza né? Andava aí dois carros, duas toyota, pra cima e pra baixo, de premero ninguém sabia o que era, pegava... botava na estrada, o povo ninguém sabia o que era.....Não, ninguém sabia o que era não. ... Aí dipois, veio aquele povo, ês já vinha de lá, já tudo cu mapa já feito e tudo, ninguém sabia o quê que era não. Ninguém conversava com nós, passava lá na minha porta....nóis num sabia quem era”

Um dos moradores mais antigos; viveu 61 anos dentro da UC.

Maria Tereza Jorge Pádua, presidente da Funatura por ocasião da criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV). Dirigiu o depto de Parques do extinto IBDF, atuou na formulação dos primeiro projeto do SNUC e foi presidente do IBAMA. Segundo JACINTO (1998), na fala da FUNATURA teria sido Maria Tereza uma das pessoas que mais se esforçou para que o Parque fosse criado. JACINTO (1998) relata ainda que, em resposta à sua crítica ao fato de se usar “Guimarães Rosa” como apelo para a criação da UC, ignorando ao mesmo tempo um elemento central em sua obra e seu sertão: os homens que dele fazem parte; a FUNATURA respondeu com outra questão: “Se formos sempre considerar que, para se criar uma unidade de conservação de uso indireto (proteção integral), não deva existir pessoas em seu interior, onde é que se encontraria tal área? (...)Quantas instituições existem no Brasil para cuidar da cultura? Acredito que não seriam 0,64% de área, que são os Gerais do GSV, que podem ser culpados da ruptura ou da perda da riqueza cultural”.

A comunidade teria vindo a saber da criação do parque, tempos depois, a partir da viagem de um proprietário à Brasília que teria descoberto o fato, vendido suas terras e ido embora.

Porém, ali existiam muitas pessoas, comunidades, estruturas organizadas; um lugar de práticas, contextos. Contextos que para BALEY(1992) *apud* DIEGUES & NOGARA (1999) não apenas implicam na diversidade cultural, mas que interfere também na diversidade biológica e, a partir do momento em que a presença de populações tradicionais, e conseqüentemente, os seus saberes são anulados dos espaços de proteção da biodiversidade, esses espaços serão alterados significativamente, mas não para um aumento dessa riqueza em espécies, e sim , provavelmente para uma diminuição ao longo do tempo, visto que tais áreas já se encontravam adaptadas à manipulação do homem por dezenas de milhares de anos.

A retirada dessas populações tradicionais do Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi muito sentida, principalmente pelas mulheres, talvez pelo

fato de que costumavam ficar mais tempo em sua área; cultivando seu quintal, sua horta, cuidando de animais domésticos e/ou domesticados. Segundo uma das moradoras, apesar de todas as dificuldades de isolamento que havia dentro do parque, a vida lá era muito melhor e mais feliz, que na sua opinião todos os moradores saíram aborrecidos de lá; seus casamentos estão fragilizados, os costumes ameaçados, as pessoas estão disputando espaço, poder, o que não existia anteriormente.

Outra ex-moradora ao se mudar para o assentamento, segundo seu marido, perdeu as faculdades mentais, não fala mais, não responde, muito diferente de quando morava em sua *terrinha* dentro do parque, mas desde que se mudou de “lá”, nunca mais quis saber de nada.

Mais de 90% dos entrevistados manifestaram o desejo de voltar a residir no parque. A área do parque foi apontada como um lugar com dificuldades, porém tais dificuldades são facilmente suprimidas pelas vantagens do território abundante em recursos naturais necessários à sobrevivência.

Todavia, apenas 4% dos entrevistados afirmaram que voltariam a viver na área do parque mesmo que a área permaneça protegida e com apenas a utilização indireta de seus recursos; os outros 96% desejariam retornar à sua antiga área sem as restrições impostas pelo IBAMA a partir da criação do parque, os mesmos ainda afirmaram que o assentamento promove uma maior possibilidade de trabalhar a terra embora não seja tão abundante em recursos naturais.

“Nosso Deus !!! Ô minha errrmã, eu panhava minhas coisa na cabeça.... de tanto gosto que eu tenho lá. I ii nós lá é como tinha dizer...i nós lá num era atentado por nada, sabe, eu era, i pessoa mais forgada qui tinha lá..num era tentado por nada”

Ex moradora, ao vislumbrar a possibilidade de voltar para o Parque.

“As coisa aqui ispinicô tudo, parece que lá até as criação tinha mais alegria de viver...lá tudo era bom, os divertimento e os conhecimento...”.

Ex-morador comparando o Parque (lá) e o assentamento (aqui), onde vive atualmente.

Na visão de ex-moradores que trabalham na UC, o impacto causado por pequenos proprietários e posseiros que vivem de forma tradicional é mínimo e, no lugar de retirá-los da área, o poder público poderia envidar esforços para orientá-los e auxiliá-los diminuindo ainda mais esses impactos.

Embora seja a amabilidade uma característica da população tradicional da região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ficou explícita a tristeza e revolta por terem sido retirados de dentro da UC e aqueles que ainda residem no parque também querem ser indenizados o quanto antes e se retirarem do isolamento e restrições aos quais foram submetidos após a criação do parque.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas é culturalmente muito rico e a população que reside ou residia em seu interior é, em sua grande maioria, tipicamente sertaneja.

Uma população tradicional não perde seus valores por incorporar novas situações em sua nova realidade. Não é o isolamento social o responsável por caracterizar uma população como tradicional; tal identificação é permitida a partir de um conjunto de fatores que associados revelam as peculiaridades de culturas distintas.

Tal população utiliza grande quantidade de recursos naturais provenientes dos ecossistemas locais, estes recursos são essenciais à sua subsistência e são utilizados a partir do conhecimento tradicional adquirido e repassado de geração em geração.

O parque tem grande valor afetivo para seus moradores e ex-moradores e a relevância da área para conservação após décadas de manejo indica que as áreas protegidas dos países em desenvolvimento sejam tratadas de uma forma diferente do que as dos países desenvolvidos que possuem uma realidade cultural, social e ambiental bem distinta. As populações tradicionais possuem uma forma peculiar e diferenciada de apropriação dos recursos naturais, fato que deve ser considerado e utilizado durante a elaboração e implementação das políticas públicas de gestão ambiental.

A simples criação de áreas protegidas, além de não resolver o problema ambiental faz com que ele aumente, pois, o atual modelo de preservação adotado no Brasil isola a população humana do seu ambiente físico-natural, acarretando o êxodo rural, a superpopulação nas áreas urbanas, o aumento da marginalidade, a fome e a miséria.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação apresenta a proposta de reassentamento como uma solução para manter áreas protegidas intactas e ao mesmo tempo considerar as populações humanas residentes nessas áreas.

Porém, essa política de reassentamento não pode tratar todas as populações humanas residentes em áreas protegidas, nas quais seja necessária a sua retirada, da mesma forma; existem casos em que as populações não dispõem de meios para sua auto-sustentabilidade ou ainda contribuem para a manutenção dos recursos naturais ali existentes.

A retirada de populações humanas, sejam elas tradicionais ou não, de sua área natural para a criação de áreas protegidas, deve ser avaliada caso a caso respeitando e considerando, em suas ações efetivas, a heterogeneidade das condições étnicas e culturais do Brasil.

Entretanto, se não existisse um sistema de unidades de conservação da Natureza, provavelmente toda a nossa riqueza natural teria se transformado em infundáveis áreas de monoculturas. A necessidade de preservação da biodiversidade não é discutível, nem tampouco questionável. O que se discute são os modelos de preservação adotados pela política nacional de meio ambiente no Brasil, pois tais modelos têm se mostrado inadequados e ineficazes no cumprimento de seus objetivos, visto que a realidade cultural do Brasil encontra-se imersa e indissociável da realidade ambiental. Caso, as políticas públicas de gestão ambiental continuem a subestimar a importância das populações tradicionais para a sustentabilidade dos recursos naturais, não somente tais populações estarão comprometidas, mas também, a manutenção e continuidade de importantes estratégias de manejo oriundas do conhecimento tradicional dessas populações, e conseqüentemente, a riqueza da diversidade biológica estará comprometida.

A partir do presente estudo ficou evidente que a categoria de manejo Parque Nacional não foi escolhida apropriadamente para a região do Grande Sertão Veredas. A área possui todas as características indicadas para a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, sendo adequada, principalmente, nas categorias de manejo denominadas reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável, tendo em vista suas condições físico-naturais e sócio-culturais.

No que se refere ao etnoconhecimento das populações tradicionais do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e região sugere-se que estudos mais

aprofundados em áreas específicas como botânica, zoologia, ictiologia, meteorologia, entomologia, entre outros, sejam realizados, pois o conhecimento local oriundo da experimentação do ambiente é importante instrumento de manejo e conservação de ecossistemas do cerrado.

Enfim, tendo em vista todas as considerações acima descritas, pode-se concluir que a retirada de uma população humana de seu ambiente natural implica não somente a relevância daquela área para um determinado fim social. Seja uma população considerada tradicional ou não, a inviolabilidade do seu direito à propriedade está assegurada pela Carta Magna do Brasil e deve, portanto, ser cumprida.

7. BIBLIOGRAFIA

- AB' SABER, A. N. **Os Sertões: a originalidade da terra.** Ciência hoje. São Paulo. vol 3, no. 18, p. 43-48.1985.
- ARRUDA, R. S. V. **“Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em UC's de Conservação.** In: Etnoconservação - Novos Rumos para a Conservação da Natureza. Ed. Hucitec/Nupaub-USP. São Paulo, p.1-43. 2000.
- ALMEIDA, A. W. B. **Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais.** In:Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação de terras. Boletim Informativo NUER. V.2, n.2 Florianópolis. 2005
- BALEY, R. *et alli.* **Development in the central African rainforest: concern for forest people.** In: CLEARVER, K. *et alli.* Conservation of west and central African rainforest. Washington, Banco Mundial, UICN. 1992.
- BEGOSSI, A. **Food taboos at Búzios Island (Brazil): Their significance and relation to folk medicine.** J. Ethnobiology. 12(1). 1992.
- BEGOSSI, A. & BRAGA, F. M. de S. **Food taboos and folk medicine among fisherman from the Tocantins River (Brazil).** Rev. Amazoniana, vol 12. 1992.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade - lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das letras, 9ª ed. 2001. p.82-90.
- BRADY, C. A. & DITTON, M.K. **Management and breeding of maned wolves at the National Zoologic Park.** International Zoo Yearbook 19: 171-176. 1979.

- BRASIL. Decreto N° 97.658 de 12 de abril de 1989. **Cria nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.** Brasília, DF. 1989.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto Legislativo n° 2, de 3 de fevereiro de 1994. Aprova o texto da **Convenção sobre Diversidade Biológica**, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). DOU. Brasília, DF. V.132, n.25,p.1693, 4fev. 1994. Seção1.
- BRASIL. Decreto de 21 de maio de 2004. **Amplia os limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado pelo Decreto nº 97.658.** Brasília, DF. 2004.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC..** Lei no. 9985 de 18 de julho de 2000; decreto no. 4340 de 22 de agosto de 2002, 2 ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF,52p. 2002
- CAJADO, O. M.(trad.). **Guia Prático de Antropologia.** 2. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 431p. 1973.
- CAPRA, F. **The web of life.** Anchor Books Press. 1996
- CARRARA, E. **Classificações êmicas da natureza – a etnobiologia no Brasil e a socialização das espécies naturais.** Cadernos de campo. Ano VI. No. 5 e 6. São Paulo. 1997.
- CASCUDO, L.C. **Tradição, ciência do povo – pesquisas na cultura popular do Brasil.** Editora Perspectiva.São Paulo. 1971.
- CASTRO, E. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais.** In: Etnoconservação - Novos Rumos para a Conservação da Natureza. Ed. Hucitec/Nupaub-USP. São Paulo, p.1-43. 2000.
- CORREIA, C. S. **Mineiros, Gaúchos e Conservacionistas: uma abordagem antropológica dos conflitos sócio-ambientais no noroeste de Minas Gerais resultantes das distintas formas de apropriação espacial do Cerrado.** (Dissertação de Graduação) Instituto de Ciências Sociais. Depto de Antropologia. Universidade de Brasília, DF,1999.
- COSTA-NETO, E. M. **Faunistic resources used as medicine by an Afro-Brazilian community from Chapada Diamantina National Park , State of Bahia, Brazil.** Sitientibus, vol 15. 1995.

_____. **Healing with animals in Feira de Santana City, Bahia, Brazil.** Journal of Pharmacology, vol 65.1999a.

_____. **Barata é um santo remédio. Introdução à zooterapia popular no Estado da Bahia.** UEFS, Feira de Santana, BA. 1999b.

DAYRELL, C.A . **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas : a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais.** (Dissertação de mestrado) UIA. Espanha. 1998.

DARKWINS, R. **O Gene egoísta.** Tradução Florsheim, G.H.M. Editora USP/Itatiaia. São Paulo. 1979.

DÍAZ -CROVETTO,G. **Reflexión sobre identidad local y prácticas productivas en una comunidad rural del Valle Central de Chile, San Pedro.** Revista pos/UNB, Brasília, vol. 7, p.109-123, 2003.

DIEGUES. A. C& NOGARA.P.J. **O Nosso Lugar Virou Parque.** Estudo Sócio-Ambiental do Saco de Mamanguá – Parati-RJ. 2^a. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999. p. 165.

DIEGUES. A.C & MOREIRA, A. C.C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 165.

DIEGUES, A. C. S. & ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.177p.

DIEGUES, A. C. **Sustainable Development and People's Participation in Wetland Ecosystem Conservation in Brazil: Two Comparative Studies.** In: Ghai, D. & Vivian, J. (eds.) Grassroots Environmental Action. N. York and London: Routledge. 1992.

_____. **Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos.** In: Etnoconservação - Novos Rumos para a Conservação da Natureza. Ed. Hucitec/Nupaub-USP. São Paulo, p.1-43. 2000a.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3^a Edição. Hucitec/Nupaub-USP. São Paulo,168p. 2000b.

EMBRAPA. **Caracterização Florística e potencial de uso das espécies vasculares ocorrentes nas fazendas trijunção, BA.** Disponível: http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2001/doc/Doc_46.pdf .Acesso em 08/12/2005.

FERREIRA., A B. H. Novo Dicionário Aurélio – século XXI. Editora Nova Fronteira. 1999.

FIGUEIREDO, N. **Los bichos que curan. Los animales y la medicina popular em Belém do Pará (Brasil)**. Montalban/20. Universidad Católica Andrés Bello. Caracas. Venezuela. 1991.

FUNATURA. Fundação Pró-Natureza. **Levantamento Sócio-Econômico das Comunidades localizadas no Parque Nacional grande Sertão veredas**. 1998.

_____. **Avaliação Ecológica Rápida do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Subsídio para o Plano de Manejo, p. 6-20, 2000.

_____. **Plano de desenvolvimento sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG**. 91p. 2002.

GUIMARÃES, R. P. **A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento**. In: O Desafio da Sustentabilidade. 1a. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2001.

IBAMA -Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis. **Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. MMA. Brasília-DF. 2003a.

_____. Reservas Extrativistas - Populações tradicionais. Disponível em:<http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>. 2003b. Acesso em 15/08/2004.

_____. **Unidades de Conservação: Parques: Parque Nacional Grande Sertão Veredas**; In: www.ibama.gov.br. 2004. Acesso em 18/09/2005.

JACINTO, A. B. M. **Afluentes de Memória: Itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. (Dissertação de mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Depto de Antropologia. Universidade Estadual de Campinas, SP. 1998.

LIMA, G. S. **Criação, implantação e manejo de Unidades de conservação no Brasil: estudo de caso em Minas Gerais**. (Tese de doutorado). Pós-graduação em Ciência Florestal. Universidade Federal de Viçosa. 2003.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Ed. Abril, 1978. p. 5-34.

MARCHI, L. SAENGER, J. & CORRÊA, R. **Tocadores – homem, terra, música e cordas**. Olaria. Edição Brasil, 2002. 335p.

MARIN, A. R. E. & CASTRO, E. M. R. **Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios.** Belém: UFPA/NAEA. 1993.

MARQUES, J.G.W. **Pescando Pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica.** NUPAUB: USP. São Paulo. 2ª. Edição. 2001.

_____. **O Olhar (des)multiplicado. O papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica.** In: Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Anais do I Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste. UNESP, Rio Claro. 2002.

MARTINEZ-CROVETTO, R. **Estudios etnobotánicos IV. Nombres de plantas y su utilidad, segun los índios Onas de Tierra del fuego.** Etnobiologica. Corrientes. Argentina. No. 3, 1968.

McKAY, B. & ACHESON, J. **The question of the commons: the culture and ecology of communal resources.** University of Arizona Press, Tucson USA. 1987.

MEAD, M. **Culture and Commitment.** Doubleday. New York. 1970.

MOURA, F de B. P. **Entre o peixe e o dendê: etnoecologia do povo dos Marimbús (Chapada Diamantina-BA).** (Tese de doutorado). UFSCar, São Carlos. 2002.

ODUM, W. E. **Ecologia.** Editora Interamericana. Rio de Janeiro. 1983.

POSEY, D. A. **Etnobiologia: teoria e prática.** In: Suma Etnológica Brasileira. Volume 1-Etnobiologia. Darcy Ribeiro (Coord), Petrópolis, FINEP/VOZES: 2ª ed. 1987a.

_____. **Manejo da floresta secundária, capoeiras campos e cerrados (Kayapó).** In: Suma Etnológica Brasileira. Volume 1-Etnobiologia. Darcy Ribeiro (Coord), Petrópolis, FINEP/VOZES: 2ª ed. 1987b.

PRIMACK, R.B. & RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** Editora Vida: Londrina. 2001.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** Cia das Letras. São Paulo. 1995.

RIBEIRO, M. O. DE A. **Etnoconservação: uma questão das populações tradicionais na Amazônia?** Projeto Pyr/CCA/UA. Disponível em : <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA/P-07.htm> 2004.

RIZZINI, C.L. **Preliminares acerca das formações vegetais e do reflorestamento no Brasil central.** Edições SIA : Rio de Janeiro. 1962.

- RIZZINI, C.L. **Tratado de Fitogeografia do Brasil: Aspectos sociológicos e florísticos**. Ed.HUCITEC/USP: São Paulo. 1979. vol 2.
- ROSA, J.G. **Grande Sertão: veredas**. J.Olympio. Rio de Janeiro. 12^a. Ed. 1978. 460p.
- SANTILLI, J. F. R. **Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: Novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção**. Ver. Fund.Esc.Sup. Minist. Público DF territórios. Brasília, Ano 10, Vol. 20, p. 50-74, 2002.
- SOUTO, F. J. B. ; SILVA, C. S. & SOUZA, A. F. **Uma abordagem etnoecológica sobre a medicina popular em Andaraí, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil**. Anais do I Simpósio Estadual de etnobiologia e Etnoecologia. Feira de Santana, BA. 2000.
- TOLEDO, V., M. **What is Ethnoecology?. Origins, scope and implications of a rising discipline**. Etnoecológica, Vol1, No. 1. 1992.
- WOORTMANN, E.F. & WOORTMANN, K. **O trabalho da Terra**. Editora UnB, Brasília. 1997.
- WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **The Importance of Biological Diversity**. WWF, Gland. Switzerland. 1989.

8. ANEXOS

ANEXO A

Um pouco da história de Antônio Dó

Adaptação da história contada por
Brasiliano Braz em “São Francisco nos caminho da História”

Como a história oral permite uma maior aproximação com os “vários cotidianos”, por meio dela, temos uma maior abrangência temática: histórias de família, biografias, marginalizados sociais e outros. Foi a história oral que nos permitiu repensar os silêncios que margeavam a vida de Antônio Dó, na cidade de São Francisco. Iniciaremos, desta forma, uma análise da “produção cultural” alimentada pela história de um fazendeiro que viveu na cidade de São Francisco, localizada no Norte de Minas Gerais, no início do século XX, conhecido como Antônio Dó. Sua vida teria sido pacata, como a de qualquer outro fazendeiro sitiante, se não fosse o fato deste homem ter sido submetido aos mandos e desmandos da polícia local.

Após ser preso, por questões de demarcação de terra com seu vizinho, Chico Peba, em 1909, e somado à mágoa de não ter visto esclarecido o assassinato de seu irmão, Honório Antunes França, Antônio Dó fugiu da delegacia em que estava preso.

Retirou-se para a serra das Araras, recrutou um grupo de homens que, a partir de então, passou a segui-lo e juntos fizeram “justiça com as próprias mãos”. Durante dezenove anos, Antônio Dó percorreu o Norte de Minas, Sul da Bahia e Sul de Goiás. Fez alguns trabalhos para coronéis da região, atuou por conta própria em um garimpo nas proximidades de Paracatu, mas jamais voltou a exercer a função de lavrador.

Confrontou-se com a Polícia Militar várias vezes, naquele período chamada de Força Pública. O contexto histórico em que seu bando existiu foi marcado pelo excesso de intervenções na administração local por parte dos interesses particulares; já que os homens que exerciam este poder não limitavam suas ações para conseguir o que queriam e, conseqüentemente, “retiravam” ou eliminavam do caminho as pessoas que não estavam de acordo com suas vontades.

Teria Antônio Dó tornado-se uma espécie de eminência parda truculenta do noroeste de Minas, herói para alguns, inimigo para outros e talvez temido por todos. Uma de suas batalhas mais sangrentas teria acontecido em Vargem Bonita, município de Januária, onde numa luta armada com mais de 80 soldados, teria Dó liquidado 20 numa só rajada de balas, o que causou a ira do comandante da tropa que resolveu se vingar de Antônio Dó, já fugido, na população local indefesa. O assassinato de famílias inteiras, o incêndio das casas e o horror provocado pelo comandante ainda é contado por muitos da região.

Em 1929, o vigário de São Francisco pediu sua intervenção no caso de uns lavradores pobres, prejudicados por um agrimensor em certa partilha de terras. Antônio Dó o seqüestrou e o obrigou a pagar indenização do malfeito. Mas o agrimensor era irmão de um dos senhores de Brasília de Minas, ajagunçado de um pequeno exército, como aliás, a maior parte dos outros fazendeiros do vale e contratou um jagunço para infiltrar-se junto a Antônio Dó e matá-lo. Esse tal, apelidado de Fulô, aliciou um dos líderes dos grupos de capangas chefiados por Antônio Dó e acertaram o butim. Fulô ficaria com o gado de Antônio Dó e o outro com uma suposta garrafa de ouro e diamantes que o chefe possuiria. Francilha, quarta concubina de Antônio Dó, apaixonada por um galão do bando, foi aliciada pelos comparsas, pois era dado como verdade que este só poderia ser morto sem o capote habitual, onde guardava o patuá que lhe fechava o corpo. Tirá-lo não devia ser difícil para a mulher.

Estaria Antônio Dó colhendo – Sem o capote – uns agriões no canteiro, à beira do rancho quando alguém desferiu-lhe, com uma mão de pilão, o primeiro golpe à cabeça e outros e mais outros que a deixaram informe, seguido de uma saraivada de tiros que chegaram a queimar-lhe a roupa, conta Braziliano Braz.

Era 14 de novembro de 1929, no sítio do Logradourozinho, afluente do ribeirão Aldeia, na terra antigamente caiapó de serra das Araras. Desses caiapós provém talvez o nome Aldeia. A polícia mineira, que vinha temerosa, sempre no encalço após várias derrotas, sem maiores problemas dispersou os remanescentes do bando de Antônio Dó, o mais famoso dos gangaceiros do

norte de Minas, no século XX, durante longos 18 anos de cangaço, tendo morrido, parece aos 79 anos de idade. Alguns de seus jagunços, como Miguel Fogoso e Martinho Berto viveram muito e na década de 70 eram aposentados do FUNRURAL.

ANEXO B

LAMENTO DO SERTANEJO

Poesia em versos

Anderson Santana

Oi seu moço assunta o que eu vou te falar, minha prosa é curta, e não vou demorar;

Quando eu nasci haqui no meu sertão, tudo era diferente e tristeza não havia não, corria um riacho que passava no quintal era nossa diversão, depois o riacho seguia o seu caminho molhado e dando vida ao sertão;

Ah! Seu moço pirtim daqui logo açula, tinha uma árve grande um pé de jatobá todas manhãzinhas eu ia escutar cantar o bem-te-vi, passo preto e o sabiá da janela do meu rancho abria pra ispiá os passarim cantano fazeno eu acorda nós dispois da manhãzinha ia prú mato caçar frutas pra nós alimentar, nós achava cabeça de nego, pinha e jatobá;

Oi seu moço que tristeza que me dá derrubaram tudo inté o pé de jatobá, os Passarim foram embora para nunca mais vortá, já não tem quem canta, que tristeza danada uma vontade de chorar;

A sariema a coitada aonde vai morar, acabaram com sua morada, agora quer te mata, ela vive tão triste já nem pode cantá;

E as ema danada caminhadeira nunca nunca na sua vida conheceu cerca pou porteira, mais home tutoiu o mundo repartiu as fronteiras, não tem mais onde a ema ir que leva tiro de cartucheira;

Os bicho coitado, que estão sumindo num posso nem conta, a cutia, tatu e o vão para bem longe pra num vortá;

As arara tão linda, colorida, tão prendendo acabando com sua vida. Vai pra cidade grande não tem saída, tadinha vai morrer sozinha entristecida;

Oi seu moço eu vou parar por aqui, não dá mais pra falar, dá uma dô no peito uma vontade de chorar, ah! Se eu pudesse mandar de vorta esse tar de progresso de desmatação, e eu puder viver feliz de novo com os bicho do meu sertão.

Chapada Gaúcha, 24/04/04.

ANEXO D

CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DAS ATRAÇÕES DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS

ANEXO D.1



ANEXO D.2

CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DOS III E IV ENCONTROS DOS POVOS DO GRANDE SERTÃO VEREDAS NO MUNICÍPIO DE CHAPADA GAÚCHA - MG.

III ENCONTRO DOS POVOS DO GRANDE SERTÃO VEREDAS

BAHIA
Cocos

MINAS GERAIS
Januária

MÚSICA • TEATRO
ARTESANATO
CASA DAS RPPNs
CULINÁRIA
PALESTRAS
OFICINAS
DEBATES
DANÇAS

Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Chapada Gaúcha

Formoso

Arinos

23, 24 e 25 de Abril de 2004
Chapada Gaúcha-MG

INFORMAÇÕES:
(038)3634-1110
(038)3634-1112

São Francisco

Urucuia

Pintópolis

Realização:
Prefeitura de Chapada Gaúcha

Funatura • Fundação Pró-Natureza • GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento • Banco do Nordeste • ADISC
PRUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento • Banco do Nordeste • ADISC
Agência Vale do Rio Urucuiu • SEBRAE • Escola Estadual Manoel Cândido • Sementes Chapada
Escolas Municipais de Chapada Gaúcha • MBR/BRAMA • Sementes Pastorais • COOPAP
TRAMA • Rádio W FM • Câmara Municipal de Veredades • Rádio Cultura FM • ASCOR
EMATER • Sindicato dos Trabalhadores Rurais • Comunidade Católica Santo Agostinho
CEMO • Comunidade Espiritista Santo Agostinho • Secretarias Municipais de Chapada Gaúcha

IV ENCONTRO DOS POVOS DO GRANDE SERTÃO VEREDAS

Quanta história e sabedoria têm os povos do Grande Sertão Veredas!...
Lucasão: Rosa

CULINÁRIA • RPPNs • TEATRO • DEBATES
MÚSICA • ARTESANATO • PALESTRAS
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OFICINAS • DANÇAS • CORRIDA RÚSTICA

21, 22, 23 E 24 DE ABRIL DE 2005
CHAPADA GAÚCHA - MG

ANEXO D.3
CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA FESTA DA SERRA DAS ARARAS DE
ROMARIA DE SANTO ANTÔNIO NO DISTRITO DE SERRA DAS ARARAS -
MUNICÍPIO DE CHAPADA GAÚCHA – MG.

A TRADICIONAL E MAIOR FESTA DO INTERIOR DO NORTE DE MINAS

FESTA DE SANTO ANTÔNIO

DO DIA 10 A 13 DE JUNHO DE 2004
EM SERRA DAS ARARAS
 MUNICÍPIO DE CHAPADA GAÚCHA/MG

PROGRAMAÇÃO

Dia 10

06:45 Oração da manhã
 13:00 Procissão de Corpus Christi
 Culto

Dia 11

06:45 Oração da manhã
 Culto

Dia 12

06:45 Oração da manhã
 10:00 Missa
 Batizado e Confissões
 14:30 Casamento
 19:00 Missa

Dia 13

06:45 Oração da manhã
 09:30 Missa c/ o Bispo Dom Asselino
 14:30 Batizado
 Casamento
 19:00 Início da Procissão luminosa
 com Missa
 Bênção aos Romeiros

GRANDES SHOWS

10/06/2004 - Criança Feliz

11/06/2004 - Pé de Moleque

11/06/2004 - Sertão Fiel

12/06/2004 - Sábado

13/06/2004 - Domingo

13/06/2004 - De Luz e Banda

TODOS OS DIAS FEIRA LIVRE

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA-MG
 Aliança para o Progresso - 2001 a 2004
 Departamento do Patrimônio Cultural
 Conselho Paroquial Santo Antônio